

8ª LEGISLATURA | 61º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA
SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2º SECRETÁRIA

TAYLA PERES
3ª SECRETÁRIA

GABRIEL PICAÑO
4ª SECRETÁRIO

NILTON SINDPOL
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputado Evangelista Siqueira;
- f) Deputado Jorge Everton;
- g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
- b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
- b) Deputado Jaiser Renier – Vice-Presidente;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picaño;
- d) Deputado Odilon Filho;
- e) Deputada Tayla Peres;
- f) Deputado Nilton Sindpol; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dhiego Coelho;
- d) Deputado Gabriel Picaño;
- e) Deputado Marcelo Cabral;
- f) Deputado Neto Loureiro; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renan Filho – Presidente;
- b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jaiser Renier;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Gabriel Picaño – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Marcelo Cabral; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Gabriel Picaño.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
- b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jaiser Renier;
- d) Deputado Jorge Everton; e
- e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
- b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jeferson Alves;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picaño – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Evangelista Siqueira; e
- e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Ângela Águida – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jânio Xingu;
- d) Deputada Lenir Rodrigues; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Evangelista Siqueira;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputada Lenir Rodrigues;
- f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
- g) Deputado Neto Loureiro (2ª suplente)

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Jaiser Renier – Presidente;
- b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picaño;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Renato Silva.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Autógrafos dos Projetos de Lei nº 158/2019, nº 036 e 162/2021	02
- Projeto de Decreto Legislativo nº 029/2021	03
- Indicações nº 1177 a 1186 e 1188 a 1191/2021	03
- Ata da Reunião Extraordinária da Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência	05
- Ata da Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Desportos e Lazer	06
- Ata da Audiência Pública da Comissão de Esportes, Desportos e Lazer	08
- Comissão de Viação, Transportes e Obras - Edital de Convocação nº 004/2021	20
- Mensagens Governamentais nº 43, 44 e 45/2021	20
Superintendência Administrativa	
- Errata da Resolução nº 0342/2021	22
- Resoluções nº 0360 a 0364/2021	22
Superintendência de Gestão de Pessoas	
- Resoluções nº 8123 a 8125/2021	23

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Site: <http://www.al.rr.leg.br> - **Email:** docgeralale@gmail.com
 AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

ANDRÉ GUILHERME TAVARES MILENAS
 MATHEUS CASTRO DOS SANTOS

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.*

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 158/2019

Dispõe sobre o programa de incentivo ao descarte consciente de cartuchos e toners no estado de Roraima e dá outras providências.

AASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica instituído o programa de incentivo ao descarte consciente de cartuchos e toners no estado de Roraima.

Art. 2º Os espaços públicos, privados e comerciais do estado de Roraima ficam autorizados a ter lixeiras e a fixar cartazes informando sobre os riscos do descarte irregular de cartuchos ou toners de impressoras.

Art. 3º O poder público deve se encarregar do descarte relativo às pessoas físicas e empresas de médio porte.

Parágrafo único. Os descartes dos grandes geradores (comércio e indústria) ficarão sob suas responsabilidades.

Art. 4º O poder público e as empresas terão prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adaptar às exigências nelas contidas, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 1º de setembro de 2021.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JEFERSON ALVES

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 036/2021

Institui o Dia Estadual do Turismólogo e dos Profissionais de Turismo no Calendário Oficial do Estado de Roraima, a ser comemorado anualmente, no dia 27 de setembro.

AASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Turismólogo e dos Profissionais de Turismo no Calendário Oficial do Estado de Roraima, a ser comemorado anualmente, no dia 27 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 1º de setembro de 2021.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JEFERSON ALVES

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 162/2021

Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima.

AASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica garantido aos servidores efetivos do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima – DETRAN/RR o uso de carteira de identidade funcional, conforme modelo a ser aprovado pela presidência do DETRAN/RR.

§ 1º A Presidência do DETRAN/RR poderá, facultativamente e por ato próprio, instituir comissão especial composta por 1 (um) servidor de cada categoria profissional para tratar da criação do modelo da carteira de identidade funcional de que trata esta lei.

§ 2º O DETRAN/RR poderá celebrar convênio com órgãos do Poder Executivo estadual para emissão da carteira funcional de que trata esta lei.

Art. 2º Aplica-se à carteira de identidade funcional de que trata esta lei, no que couber, o disposto na Lei Federal n. 7.116, de 29 de agosto de 1983, bem como o prescrito no Decreto Federal n. 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima – DETRAN/RR.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 1º de setembro de 2021.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JEFERSON ALVES

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 029-21

Declara de Utilidade Pública o Instituto Humanitário do bairro Santa Luzia Adjacências – IHSLA-BV-RR e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050, de 12.11.93, e sua alteração, a **INSTITUTO HUMANITÁRIO DO BAIRRO SANTA LUZIA ADJACÊNCIAS – IHSLA-BV-RR** associação civil sem fins lucrativos de natureza não governamental, inscrita no CNPJ sobre o número 03.715.491-0001-45, com sede na Rua estevão Pereira da Costa, nº 1889, Bairro Santa Luzia, no Município de Boa Vista-RR, fundada em 05 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. A entidade que se refere o caput deste artigo são assegurados os direitos e vantagens constantes da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de setembro de 2021.

LENIR RODRIGUES

Deputada Estadual
Cidadania - 23

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 1177 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Construção (implantação) da estrada de acesso ao Polo Produtivo Genipapo em fase de regularização pelo ITERAIMA, localizado no Município de Cantá.”

JUSTIFICATIVA

O Polo Produtivo Genipapo é ocupado por cerca de 70 famílias, há mais de quatro anos, residentes nos lotes na sua maioria. São produtores cuja produção não tem como ser escoada durante boa parte do ano. Também impede, nas condições inexistentes de tráfego, o transporte escolar e a fixação das famílias nos lotes.

É prioridade a implantação da estrada principal do Polo Produtivo.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1178 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Construção de quadra de esportes para complementar atividades exigidas pelo “currículo” escolar, na seguinte Unidade Educacional: Escola Nova Esperança (Vila Samaúma), Município de Mucajaí”.

JUSTIFICATIVA

A quadra de esportes é extremamente necessária como unidade física complementar da escola, principalmente onde não há espaço para a realização de atividades escolares. É o caso de aulas de educação física e atividades esportivas.

Além disso, esses espaços comportam eventos da comunidade, cujos espaços são praticamente inexistentes nessas localidades.

Indicamos, pois, esta ação como prioritária.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1179 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Construção de uma quadra de esportes coberta, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antônio Augusto Martins, localizada na Vila Central e Escola José Aureliano, localizada na sede do Município de Cantá/RR”.

JUSTIFICATIVA

As Escolas Estaduais supracitadas, atendem centenas de alunos, e estão sem local adequado para o exercício das atividades escolares, tendo os mesmos que se deslocarem para locais apropriados para as atividades físicas, ficando a gestão sem controle sobre os alunos, no deslocamento, em vilas onde os índices de assédio a menores, consumo de bebidas e drogas é bastante alto.

Portanto, é necessário a construção dessas quadras para os alunos, professores e também para eventos sociais comunitários.

Por estas e outras razões, é que pedimos o pronto atendimento para desta indicação.

Sala das Sessões, 17 de Agosto de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1180 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Construção de uma Unidade Hospitalar, de médio porte, na Vila Félix Pinto, Município de Cantá”.

JUSTIFICATIVA

O Município de Cantá, possui a quarta maior população do Estado, e considerando os dados de extensão de vicinais, quantidade de produção, número de produtores, quantidade de escolas e outros tem sido o Município que mais cresceu nos últimos anos.

Outros Municípios como Caroebe, São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Caracarái, Mucajaí, Alto Alegre, Bonfim, Pacaraima e outros, possuem unidades hospitalares mantidas pelo Estado ou em parceria com as prefeituras.

O Município de Cantá não dispõe de qualquer unidade hospitalar mantida pelo Estado e os postos médicos sob responsabilidade da Prefeitura, funcionam em caráter precário.

O atendimento a essa indicação além de necessária, é prioridade absoluta.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1181 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Recuperação da Escola Genira Brito, na Félix Pinto e Otilia Pinto na Vila União, ambas no Município de Cantá”.

JUSTIFICATIVA

É comum e premente a necessidade de recuperação das Escolas Estaduais do nosso Estado, diante do descaso com que foram tratadas há muitos anos. As Escolas aqui indicadas, solicitaram reforma hidráulica, elétrica, de pisos, banheiros e pinturas.

Portanto, é necessário a reforma dessas unidades escolares que estudam centenas de alunos, que irão ter um melhor conforto, assim como os professores, funcionários, e também servirá para eventos sociais comunitários.

Por essas e outras razões, é que pedimos o pronto atendimento a essa indicação.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1182 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Recuperação da Vicinal 15 da BR-432, no Município de Cantá, bem como a recuperação de pontes e/ou substituição por bueiros.”

JUSTIFICATIVA

A vicinal indicada é uma das mais povoadas do contorno da Vila São José. Sua importância se destaca, portanto, para o acesso regular das pessoas e dos meios de transporte escolar e saúde.

É prioridade o serviço solicitado.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1183 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Recuperação das Vicinais 1 e 2 da Confiança III e recuperação de três pontes de madeira no percurso das mesmas, Município de Cantá”.

JUSTIFICATIVA

As Vicinais indicadas formam um arco e se encontram no entroncamento das Vicinais 02 e 06 (asfaltadas) dando acesso as pessoas que ali residem. São cerca de 40 km a serem recuperadas, cerca de 20 km em cada uma. São vicinais que concentram, principalmente a produção pecuária, permitem o acesso regular as demais regiões do Município e aos demais Municípios do Estado.

São estradas com curso bastante danificado, que há muito não recebem serviços de manutenção.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros

Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1184 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Recuperação das vicinais do Projeto Taboca, Município de Cantá”.

JUSTIFICATIVA

O Projeto Taboca pode ser indicado como um dos mais produtivos do Estado, dada a qualidade de suas terras. Na sua área existem três vilas, bem povoadas, escolas de Ensino Fundamental e Médio, que funcionam precariamente em função da dificuldade do tráfego do transporte escolar. E uma região conhecida pela dificuldade de acesso em suas estradas vicinais. Grande prioridade.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros

Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1185 /2021

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima que dê prioridade na conclusão da obra de reforma do Hospital Estadual Pedro Álvaro Rodrigues, localizado no município de Bonfim.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 202 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima que dê prioridade à conclusão das obras de reformas e revitalização do Hospital Estadual Pedro Álvaro Rodrigues, localizado no município de Bonfim.

JUSTIFICATIVA

A presente medida visa assegurar o acesso devido dos cidadãos ao serviço de saúde do Estado de Roraima.

O hospital Pedro Álvaro Rodrigues é o único hospital localizado no município de Bonfim. Devido à precariedade de sua estrutura, em 2019, ainda no exercício da presente gestão, o excelentíssimo Governador reconheceu a necessidade e iniciou a reforma e revitalização da estrutura.

A obra tinha previsão de conclusão marcada para março de 2020. Contudo, até a presente data, quase dois anos depois, não houve a entrega à população.

Diante disto e da grande urgência em proporcionar aos cidadãos o acesso ao serviço de saúde devido, sugere ao Excelentíssimo Governador que dê a atenção necessária para que se conclua urgentemente a reforma e revitalização do Hospital Estadual Pedro Álvaro Rodrigues.

Palácio Antônio Augusto Martins, 14 de setembro de 2021.

NETO LOUREIRO

DEPUTADO ESTADUAL

INDICAÇÃO Nº 1186/2021

INDICO à Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com respaldo no art. 202 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, que determine a urgente tomada de providências resolutivas pelos órgãos competentes da Administração Estadual, tendo por objetivo o que se segue:

REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA JESUS NAZARENO DE SOUSA CRUZ NO BAIRRO CARANÃ.

JUSTIFICATIVA

A escola Estadual Jesus Nazareno De Souza Cruz localiza-se no Bairro Caranã, em Boa Vista-RR constituindo-se como um dos mais importantes espaços de aprendizado, recreação, esportes e lazer de crianças, jovens, adultos.

No curso de anos sem manutenção, a quadra de esportes da escola sofreu severos danos, privando a comunidade estudantil desse espaço, condição que precisa ser revertida pela ação urgente e qualificada do Governo Estadual, no menor espaço de tempo possível. Em anexo demonstramos a real situação em que se encontra a quadra da escola.

Ante tais argumentos e justificativas, submeto o tema ao colegiado desta Colenda Casa de Leis, na forma de presente indicação, para fins de aprovação e respectivos encaminhamentos.

Palácio Antônio Martins, 14 de Setembro de 2021.

ODILON FILHO

DEPUTADO ESTADUAL

INDICAÇÃO Nº 1188 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Recuperação e renovação da Casa de Cultura Madre Leotávia Zoller, localizada na Av. Jaime Brasil, 935, Bairro: Centro, Município de Boa Vista/RR”.

JUSTIFICATIVA

A Casa de Cultura Madre Leotávia Zoller foi construída por volta de 1940, como residência particular e depois passou a ser residência do Governador do Território Federal do Rio Branco. Entre outras finalidades, também abrigou em suas instalações o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O descaso e abandono nos últimos anos fizeram com que o prédio sem manutenção se deteriorar e comprometeu suas estruturas. Dessa maneira passou a ser alvo de moradores de rua e cobiça por espaço de marginais.

Com a recuperação, procura-se melhor aproveitar o prédio edificado existente, tanto para a produção de eventos culturais, como também para os setores de turismo. É preciso destacar, ainda, que devido a importância do prédio, a cidade de Boa Vista aumentará a valorização do seu espaço urbano.

Por essas razões é que pedimos o pronto atendimento desta indicação.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros

Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1189 /2021

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, que proceda às medidas necessárias para que seja realizada a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Estadual Indígena Professor Edimilson Lima Cavalcante, localizada na Comunidade Taba Lascada no município do Cantá.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 202 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima que proceda às medidas necessárias para que seja realizada a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Estadual Indígena Professor Edimilson Lima Cavalcante, localizada na Comunidade Taba Lascada no município do Cantá.

JUSTIFICATIVA

Hoje em dia a maioria das pessoas – principalmente os adolescentes – estão deixando de lado a prática esportiva; o que muitas vezes leva a um estilo de vida sedentário e provoca distúrbios como a má alimentação, obesidade, tabagismo, estresse, doenças coronarianas, etc. Além disso, o não envolvimento com o esporte leva muitas crianças, jovens e adolescentes à marginalização, uso de drogas, dentre outros. Temos ainda a considerar que a inatividade física é importante fator de risco para as doenças crônicas. Necessitamos fornecer meios para que a nossa população, falando de uma forma abrangente, tenha alternativas de esporte e lazer.

O esporte e o lazer são direitos constitucionalmente assegurados, cabendo ao Poder Público propiciar as condições materiais suficientes para a efetivação dessas garantias, incumbindo-lhe, ainda, a obrigação de privilegiar as camadas sociais mais carentes e o universo populacional compreendido pelas crianças e adolescentes.

Desta forma, apresento esta Indicação com o objetivo de que o Executivo realize obra de construção de uma quadra poliesportiva na Escola Estadual Indígena Professor Edimilson Lima Cavalcante, localizada na Comunidade Taba Lascada no município do Cantá. **Não há na localidade nenhum espaço adequado para a realização de atividade física, esportivas e de lazer.**

Assim, a presente medida se mostra de suma importância, pois se atendida irá garantir que as aulas de educação física sejam ministradas com qualidade e segurança, tanto para os alunos, quanto para os professores da Escola, sem contar no fator principal que é o desenvolvimento (tanto físico, quanto intelectual) das crianças e adolescentes que terão um local apropriado para realizar suas atividades poliesportivas.

Em face do exposto, como estamos tratando de um assunto de grande relevância para a sociedade, e para que o objetivo pretendido possa ser alcançado, na forma aqui disposta, cumpre-me levar a presente matéria legislativa ao conhecimento do Governo do Estado de Roraima e sugerir que proceda às medidas necessárias.

Palácio Antonio Augusto Martins, 14 de setembro de 2021.

NETO LOUREIRO
 DEPUTADO ESTADUAL

INDICAÇÃO Nº 1190 /2021

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador a seguinte indicação:

“Reforma e ampliação do Centro de Atendimento Educacional Especial Denise Messias Santos, localizado na sede de Caracarái”.

JUSTIFICATIVA

O “centrinho” chamado carinhosamente pela população de Caracarái, tem importância inestimável para as crianças e adultos portadores de necessidades especiais. Ali, além das atividades físicas, didaticamente as pessoas alcançam um nível de aprendizagem que, na maioria dos casos ficam aptos para o mercado de absorvê-los e, em outros casos, aptos para ter condições de vida digna no seio familiar.

É urgente, necessária e prioridade ímpar atender essa indicação especial ao “centrinho”.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2021.

Aurelina Medeiros
 Deputada Estadual

INDICAÇÃO Nº 1191 /2021

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA QUE SEJA RECUPERADA A ESTRADA (RR-203) QUE DÁ ACESSO A VILA DO TEPEQUÉM, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE AMAJARI - RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Serra do Tepequém, localizada no município de Amajari, é um dos principais pontos turísticos de Roraima.

Mas, a estrada que dá acesso à serra está em péssimas condições de tráfego, o que vêm prejudicando o trânsito dos moradores, produtores e turistas que visitam aquela região, pois durante o inverno a estrada virou um imenso atoleiro, com muitos buracos e voçorocas interferindo no deslocamento seguro de pessoas e veículos. Preocupados com essa situação, a população pede socorro e clama por melhorias na estrada, antes que aconteça o pior.

Os moradores reclamam que esperam há muitos anos pela recuperação dessa estrada, que leva há um dos pontos turísticos mais belos da nossa região, e isso acaba prejudicando a economia da região, pois turistas deixam de visitar aquela região por causa da péssima condição da estrada. A viagem que levaria 2 horas para ser concluída, é feita em 4 horas, fazendo com que muitas pessoas desistam de ir até a serra.

Com a rodovia pavimentada, a população vai ter uma estrada segura e todos passarão a usufruir de uma viagem de qualidade.

Então, por meio desta indicação, solicito ao Governo do Estado que a estrada que dá acesso a Serra do Tepequém seja recuperada, o mais rápido possível, para atender as necessidades dos moradores, produtores e turistas que frequentam aquela região.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 13 de setembro de 2021.

TAYLA PERES
 Deputada Estadual PRTB/RR

ATAS

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS PÚBLICOS E PREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2021

Aos dezesesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às doze horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, a Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência, sob a Presidência do Senhor Deputado Jorge Everton, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados Membros, Nilton SINDPOL, Eder Lourinho e Jeferson Alves, ausente o Senhor Deputado Dhiego Coelho, reuniu-se para apreciação e deliberação das proposições constantes na ordem do dia desta Comissão. **Abertura:** Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme requerimento verbal do Senhor Deputado Jeferson Alves, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** O Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos: **01)Projeto de Lei nº 116/2019**, de autoria do Deputado Chico Mozart, que “concede às doadoras de leite materno isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público no âmbito do Estado de Roraima”. Relator, Deputado Nilton SINDPOL. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **02)Projeto de Lei nº 134/2019**, de autoria do Deputado Chico Mozart, que “determina que as empresas prestadoras de serviços de internet apresentem ao consumidor, na fatura mensal, gráficos que informem a velocidade diária média de envio e recebimento de dados entregue no mês”. Relator, Deputado Nilton SINDPOL. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **03)Projeto de Lei nº 136/2019**, de autoria do Deputado Chico Mozart, que “institui o ‘Selo amigo do animal abandonado’, no Estado de Roraima”. Relator, Deputado Eder Lourinho. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **04)Projeto de Lei nº 151/2019**, de autoria do Deputado Jorge Everton, que “autoriza o Estado de Roraima a fazer uso de veículos automotores apreendidos em decorrência da prática de ilícitos penais ou de infrações administrativas e dá outras providências”. Relator, Deputado Nilton SINDPOL. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **05)Projeto de Lei nº 154/2019**, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que “institui o dia do empreendedor cristão no Estado de Roraima e dá outras providências”. Relator, Deputado Eder Lourinho. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **06)Projeto de Lei nº 163/2019**, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que “institui e inclui no Calendário Oficial o dia da oração pelas autoridades da nação no Estado de Roraima e dá outras providências”. Relator, Deputado Jeferson Alves. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **07)Projeto de Lei nº 180/2019**, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que “dispõe sobre a divulgação nas dependências das instituições públicas afins, dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, informações sobre o direito de livre acesso às instituições públicas, quando no exercício da profissão do advogado, do deputado, dos direitos e deveres do servidor público, e dá outras providências”. Relator, Deputado Nilton SINDPOL. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **08)Projeto de Lei nº 185/2019**, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que “institui o dia estadual de combate e conscientização às fakes News – a disseminação de notícias falsas”. Relator, Deputado Nilton SINDPOL. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **09)Projeto de Lei nº 023/2017**, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que “altera dispositivos da Lei Estadual nº 538, de 30 de março de 2006, e dá outras providências”. Relator, Deputado Nilton SINDPOL. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **10)Projeto de Lei nº 048/2016**, de autoria da Deputada Angela Águia Portela, que “institui o dia 12 de janeiro como o ‘Dia Estadual do Bombeiro Civil’ e dá outras providências”. Relator, Deputado Jeferson Alves. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. E para constar, eu, Lucas Pinheiro de Mesquita, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Jorge Everton
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTOS E LAZER, REALIZADA NO DIA 06 DE ABRIL DE 2021

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, na sala de reuniões da Mesa Diretora ao lado do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, sob a Presidência do Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente desta Comissão, com a participação remota (via aplicativo de videoconferência Zoom) dos Parlamentares: Lenir Rodrigues e Ângela Águida Portella, estando ausentes: Catarina Guerra e Odilon Filho. A ata será transcrita na íntegra

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Superintendência Legislativa, Gerência de Assistência às Comissões, Diretoria de Assistência às Comissões, Comissão de Educação, Desportos e Lazer.

Solicito à Secretária desta Comissão que proceda à verificação de quórum.

Gilzandra Farias, Secretária da Comissão: Há quórum, senhor Presidente!

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Havendo quórum regimental, invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão.

Informo, às senhoras Deputadas que acompanham esta Comissão, que as ATAS das reuniões anteriores estão sendo transcritas, portanto, a aprovação será feita na próxima reunião.

Gostaria de Comunicar às Deputadas Ângela Águida Portella e Lenir Rodrigues (que se fazem presentes, que deram entrada em alguns documentos na nossa Comissão) que eu gostaria de dar ciência a Vossas Excelências. Outros documentos, irei encaminhar ao Gabinete Vosso, para que vocês também possam detalhadamente se debruçar sobre eles, acompanhar detalhadamente o que chegou.

Gostaria de relatar a Vossas Excelências que, por ocasião daquela manifestação e preocupação dos professores, no ano passado, com relação ao rateio do FUNDEB (se existiam sobras de FUNDEB), nós fizemos dois pedidos, um para a Secretaria Estadual de Educação: que nos mantivessem informados, enquanto Comissão de Educação, mensalmente de todas as planilhas de gastos do FUNDEB, para que nós pudéssemos acompanhar mês a mês e, ao final do ano, a gente saber de fato se houve ou não e como foi gasto. A Secretária de Educação já nos informou, já nos encaminhou as planilhas referentes aos meses de janeiro e fevereiro de dois mil e vinte, que depois eu vou encaminhar a Vossas Excelências.

Comunico também que já encaminhei essas mesmas planilhas ao Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação – SINTER, para que eles também possam fazer o acompanhamento, de modo que, em tempo oportuno, nós faremos uma reunião em conjunto para nos detalhar sobre essas planilhas (sobre os gastos do FUNDEB), para que a gente faça esse acompanhamento constante, para, no final do ano, não ficarem aquelas incertezas; vocês que estavam na Comissão no ano passado acompanharam bem essas incertezas.

E outro ofício que fizemos foi ao Banco do Brasil, solicitando os extratos das contas do FUNDEB do Estado, referentes ao ano de dois mil e vinte, e encaminhamos no nome do Superintendente Geral do Banco. O que aconteceu: o Banco nos reportou, pedindo mais informações. Mesmo eu entendendo que o Banco sabe todas as informações necessárias das contas do FUNDEB, mesmo assim eles mandaram solicitar à Comissão mais informações, como CNPJ, número de conta, e nós remetemos esse pedido para a Secretaria de Educação, que nos respondeu, e nós reiteramos o pedido ao Banco do Brasil. Agora, o Banco do Brasil enviou um novo ofício pedindo para a gente encaminhar novamente, diretamente para um setor jurídico do Banco, sendo que, no meu entendimento, eles poderiam fazer esse trâmite burocrático dentro da própria entidade, mas enfim... Nós encaminhamos o ofício. É isso Gilzandra?

Gilzandra Farias Secretária da Comissão: Sim, senhor Presidente!

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: ... que é a Secretária da nossa Comissão. Nós já reenviamos diretamente para o setor responsável e estamos aguardando o Banco do Brasil nos oficiar com os extratos das contas do FUNDEB referentes ao ano de dois mil e vinte.

Recebemos também um ofício (03/2021) do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima, o SINTER, encaminhando cópia, encaminhando pedido de encontro e também de algumas reivindicações do Sindicato. Aí, logo depois de dar ciência a Vossas Excelências e ouvi-las, eu gostaria de fazer uma sugestão de agenda para que a gente pudesse conversar.

Recebemos também 03/2021 do Conselho Estadual de Educação, que traz a resolução nº 29/2020, que regulamenta normas educacionais e excepcionais a serem adotadas pelo sistema de ensino de Roraima durante o período da calamidade pública. Eu vou fazer cópia e encaminhar aos Vossos

Gabinetes para que Vossas Excelências tenham acesso (foi encaminhado pela professora Nildete, que é Presidente do Conselho Estadual de Educação).

Recebemos também o ofício nº 62/2021 da Presidente Nildete, que encaminha a resolução nº 11/2021, que altera dispositivos normativos da resolução 29/2020, que regulamenta normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelo sistema público de Roraima durante o estado de calamidade. Eu também vou encaminhar essa alteração, encaminhada pelo Conselho Estadual de Educação, aos vossos Gabinetes. De ofícios, foram esses que chegaram à Comissão.

Antes de passar para outra temática, eu gostaria de abrir aqui caso Vossas Excelências tenham algum acréscimo para algum questionamento a fazer, para a gente poder passar aos demais temas. Deputada Lenir.

Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Vice-Presidente: Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Presidente Deputado Evangelista Siqueira. Bom dia, eminente Deputada Ângela Águida Portella. Eu gostaria de mais detalhes sobre essas normativas que o Conselho Estadual de Educação encaminhou a nossa Comissão; eu acho importante Vossa Excelência fazer um pequeno resumo para que os nossos telespectadores e as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, pelo Facebook, possam saber sobre essa nova normativa do Conselho Estadual de Educação; acho que nos interessa muito nesse momento.

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Ok, Deputada Lenir, eu só estou aguardando chegar aqui. A assessoria da Comissão está providenciando o documento para que a gente dê ciência, e eu vou encaminhar aos vossos Gabinetes também para que todos possamos analisá-los na íntegra.

Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Vice-Presidente: Deputado Evangelista?

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Pois não, Deputada!

Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Vice-Presidente: Pela ordem, eu gostaria de aproveitar e também perguntar de Vossa Excelência: “afinal, tem rateio ou não tem rateio?”. Eu acho que é a grande pergunta que os professores, profissionais de educação estão querendo saber.

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Deputada, é o nosso grande entrave como a senhora mesmo viu, mesma participou daquela audiência pública que realizamos no final do ano passado com a Secretaria de Educação, na qual nós aguardávamos com antecedência as planilhas que não nos foram apresentadas. Nós fizemos agora o pedido direto para o Banco do Brasil, que é para eles nos fornecerem os extratos, porque, só com os extratos das contas, é que nós vamos saber, acompanhar a trajetória do recurso do FUNDEB, entendeu? Porque, no nosso entendimento, diante daquilo que foi apresentado, nós entendemos que havia resíduos para serem rateados, porém, a Secretaria de Educação nos afirmou que não. Para comprovar isso, nós pedimos os extratos das contas do FUNDEB, os quais, eu acabo de falar, que o Banco nos solicitou mais informações. Nós conseguimos essas informações, volto a repetir, mesmo entendendo que o Banco do Brasil sabe todas as informações das contas do FUNDEB, eles vieram nos solicitar CNPJ, número de conta, e nós remetemos à Secretaria de Educação essas informações, eles nos responderam, e nós encaminhamos ao Banco. Em seguida, o próprio Banco retorna o ofício dizendo que não, não era mais para enviar o ofício para a Superintendência Geral do Banco, e sim, para o setor jurídico. Nós o fizemos e estamos aguardando o retorno do Banco que, se demorar, vamos reiterar mais uma vez, porque eu acho que isso é um trâmite burocrático que a própria agência pode fazer internamente. Imagina; o Banco do Brasil sabe todos os detalhes das contas do FUNDEB. Se a Comissão de Educação pede os extratos das contas do FUNDEB, se tem duas, três, quatro, cinco, eles têm que mandar de todas; é o nosso entendimento, mas nós vamos continuar cobrando porque esse assunto não foi esquecido, Deputada, a senhora lembrou bem.

Outra coisa, com relação à resolução do Conselho Estadual de Educação, por se tratar de um documento extenso, tem itens extremamente importantes. Por isso que eu estou designando aos vossos Gabinetes, para que vossas Excelências tomem conhecimento detalhado, para que a gente volte a esse assunto na próxima reunião, se for o caso, e também juntos e, havendo a necessidade de convidar o Conselho Estadual, a gente possa discutir. Por essa razão, eu estou encaminhando aos vossos Gabinetes, Deputada Lenir.

E com relação... não sei se a senhora chamou, levantou o dedo, se quer falar. Por favor, Deputada.

Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Vice-Presidente: É porque eu queria saber só do que se trata, qual é o assunto?

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Ah sim, sim, entendo, vou ler para a Vossa Excelência então a parte principal –

regulamenta as normas excepcionais a serem adotadas; são normas excepcionais nesse contexto de pandemia que o Conselho Estadual de Educação homologa durante a vigência desse Decreto Estadual de calamidade. Ele traz aqui alguns artigos que vou dar ciência à Vossa Excelência aqui. Nos termos da resolução do Conselho Nacional de Educação de 10 de dezembro de 2020, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo Conselho, a base comum nacional curricular e do parecer nº 12/2020, ficam as instituições escolares básicas dispensadas em caráter excepcional, durante o ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública do Decreto 06/2020, primeiro, educação infantil, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional e do cumprimento da carga mínima anual previstos no inciso II do art. 31 da LDB; o ensino fundamental e médio, da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar e da carga horária mínima. Ele estabelece, reforça, o mínimo de dias letivos e diz o seguinte: as instituições escolares a que se refere o caput são: rede pública estadual de educação básica, rede privada de educação básica, rede municipal dos municípios que integram o sistema estadual de ensino. E ele diz o seguinte no art. 2º: na educação básica, ao processo educativo que visa ao atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para cada etapa educacional, expressos na base nacional comum, fica da seguinte maneira: na educação profissional técnica de nível médio, ao processo educativo que visa ao desenvolvimento de competências previstas nos respectivos planos de curso, nos termos das respectivas diretrizes nacionais. E o art. 3º: para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da educação básica, são admitidos diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia, inclusive por meio da adoção de um continuum curricular de duas séries ou anos escolares contínuos, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Eu já determinei à nossa assistência às Comissões. Então, hoje mesmo chegará ao vosso conhecimento, ao vosso Gabinete, a íntegra do documento para que nós possamos nos detalhar sobre ele e voltar a discuti-lo, inclusive com mais pessoas. Eu acho que nós poderíamos convidar, seja o Conselho (que sempre esteve muito disponível a nos atender), professora Nildete, outras pessoas, o Sindicato, enfim, todos aqueles que desejarem. Eu acho que vale a pena essa discussão, assim como nós vivemos esse período de excepcionalidade, e toda discussão, quanto mais pessoas envolvidas, interessados envolvidos, estiverem, eu penso que melhor nós obteremos um resultado coletivo sobre essas demandas, não é, Deputada?

Deputada Lenir e Deputada Ângela Âguida, deu entrada também na nossa Comissão um Projeto de Lei nº 191/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro, que autoriza o Governo do Estado a fornecer merenda escolar, cesta básica ou cartão alimentação, durante o período de férias ou processo escolar, aos alunos da rede pública e dá outras providências. Eu gostaria de solicitar, gostaria de nomear como Relatora a Deputada Lenir Rodrigues, para a senhora poder se debruçar sobre esse Projeto – tudo bem? A senhora pode fazer a relatoria desse Projeto para a gente?

Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Vice-Presidente: Tudo bem, eu aceito, eu aceito, sim!

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Já estou encaminhando aqui.

Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Vice-Presidente: Vou analisar a legalidade, a constitucionalidade e, na próxima reunião, eu apresentarei o relatório.

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Perfeito, Deputada Lenir!

Uma outra coisa que gostaria de tratar, eu estive na Casa Civil, Deputada Lenir e Deputada Ângela, falando com o Secretário Chefe Flamarion Portela sobre algumas demandas. Nós estamos vivendo esse período de aulas on-line, e os professores estão tendo muitos gastos extras na sua conta de luz, tendo que adquirir novos equipamentos que não estavam previstos no seu orçamento mensal, professores que estão se endividando, inclusive ... E falava com o Secretário Flamarion sobre a possibilidade de o Governo ter uma contrapartida para os trabalhadores em educação. Nós temos outros estados, Deputada Lenir (a senhora sabe porque acompanha diariamente a questão educacional no nosso estado e no Brasil), estados que estão oferecendo pacotes de internet para os professores, estados como ... nós temos estados que estão oferecendo inclusive linha de crédito para os profissionais da educação adquirirem notebooks, celulares mais potentes para as aulas on-line, ou seja, todos fomos afetados pela pandemia, mas somente o profissional que está tendo que pagar do seu próprio bolso a estrutura necessária para prover a educação ... E o ex-Deputado Flamarion Portela, agora atual

Chefe da Casa Civil, se mostrou muito solícito a essa questão, ficou de encaminhar pessoalmente essa discussão junto ao Governador.

Discutimos também sobre progressões, sobre enquadramento – ele também se colocou sensível a essa questão, inclusive de discutir: se não dá para pagar todo mundo, vamos fazer parcelado, vamos fazer em bloco ou primeiro quem está se aposentando, enfim, discutir uma maneira, com a categoria dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, que seja viável de executar. O que não dá para acontecer é a gente continuar anos e anos e anos sem os professores terem progressão, sem o enquadramento acontecer na sua totalidade, sem os reajustes salariais acontecerem. E ele se demonstrou, assim, muito solícito a acolher essa nossa reivindicação e essa discussão, e eu queria propor, Deputada Lenir, visto que também nós recebemos documentação do Sindicato solicitando apoio nessas demandas, estava pensando em nós fazermos uma reunião específica com a presença do SINTER, com a presença da Secretária Leila, com a presença do Chefe da Casa Civil (que já se colocou à disposição para isso), o ex-Deputado Flamarion Portela, para a gente fazer uma reunião on-line e juntos nós pontuarmos. São muitas as demandas da educação, mas de prioridade essa questão da estrutura, progressões, enquadramento, reajuste salarial, para que nós possamos ter uma luz, para que nós possamos ter uma data mínima, para que nós possamos ter uma iniciativa, para que os professores não se sintam, os professores e os demais profissionais não se sintam abandonados, como é o caso que hoje reclamam tanto. Deputada Lenir.

Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Vice-Presidente: Eu também comungo de vossas ideias. Eu acredito que nós podemos, sim, trabalhar, junto ao Governador Denarium, uma forma de aliviar os custos dessa educação à distância realizada pelos professores, inclusive nas suas próprias residências, custos com impressora, internet, celular (que às vezes não tem memória com a capacidade de velocidade), e eu acredito também que nós precisaríamos até oferecer alguns treinamentos virtuais de como usar esse recurso do celular, porque eu mesma, a minha geração, nós temos medo de mexer em aparelhos eletrônicos, enquanto uma criança que não sabe nem ler, ela baixa aplicativos, ela joga, ela sabe tirar da tela ... quando fica: “ah, tá tão pesado meu celular”; “não, também, já tá com um monte de página aberta”. E a gente às vezes não sabe tirar porque tem medo de ... vou usar uma palavra bem comum, roraimense, esculhambar, de destruir o aparelho, de prejudicar o aparelho. Então, a minha geração é assim, nós temos medo de mexer nas questões eletrônicas, então, assim, como é que um professor vai trabalhar isso se ele não tem um treinamento mínimo, uma dica mínima: “olha, vou baixar aqui no Youtube como é que faz determinada coisa” e postar lá para o professor poder saber, planejar melhor a sua aula on-line e também ter um aparelho mais decente, com bastante memória, que ele possa explicar para os alunos e pagar o pacote da internet; acho importante. O Governador me disse que ele vai, sim, acelerar as progressões. Nós estamos ansiosos para que eles paguem mesmo as progressões. Eu acho que tem que ter uma ordem de prioridade: quem está doente, quem está próximo a se aposentar, como Vossa Excelência bem explanou e com certeza nós iremos apoiar todas essas iniciativas, e eu apoio também que nós possamos fazer uma audiência específica (*inaudível*), para que a Secretária, a (*inaudível*), outros órgãos possam se manifestar quanto à progressão, quanto a essas questões mais urgentes – progressão, enquadramento, colocar os 4,5% que eu acredito que seja até mais, mas pelo menos vamos dar pelo menos o índice que os outros órgãos recebem, os outros poderes. Ué, a gente vota na Assembleia o reajuste salarial de outros poderes e cadê o do poder executivo? Cadê o da educação? Nós temos que acelerar isso. O Governador Denarium está de parabéns, porque fechou o ano de 2020 no azul, então, se fechou no azul, nós temos condições, sim, de priorizar a categoria dos profissionais de educação, que são os mais sacrificados, porque os pais estão aperreados em casa porque não sabem, não têm paciência para ensinar seus filhos, e nós precisamos da ajuda dos professores. Então, eu acredito que é a hora também de um poder público reconhecer o trabalho dos profissionais de educação. Era isso, senhor Presidente.

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Obrigada, Deputada Lenir. Suas colaborações são de grande importância, e é exatamente nesse sentido que Vossa Excelência traz, a senhora que tem tão larga escala, tanta experiência de larga escala na educação do nosso estado e sabe bem como funciona todo esse sistema, poderá de fato nos ajudar, de grande maneira, no sentido de buscar alternativas. O que não dá é para ficar da forma como está, e eu tenho certeza que o Governador, como já demonstrou sensibilidade em garantir as progressões, mesmo que de forma escalonada, o importante é, como Vossa Excelência disse, é começar, é a gente ter uma resposta, que é para dar esperanças. O profissional se dedica tanto, não é, Deputada? E aí, quando chega, vê o seu direito (que direito é inquestionável), mas quando vê que o direito não está sendo respeitado da forma como deve ser, é desanimador, ainda mais em um processo como esse de excepcionalidade da pandemia.

Então, nós vamos fazer o seguinte: a gente verifica uma data que seja comum; nós vamos pedir para nossa Assessoria da Comissão verificar

uma data comum a todos os Deputados da Comissão, para que a gente veja, e comunique também aos outros órgãos, veja uma data comum com a Secretária Leila, com o ex-Deputado Flamarion Portela, Chefe da Casa Civil, com o SINTER, de forma que nós comunguemos da mesma data em nossas agendas, e a gente divulga a realização dessa reunião para o quanto antes possível.

Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Vice-Presidente: Ex-Deputado e ex-Governador, ex-Secretário de Educação, deputado Flamarion e ex-Governador do estado.

Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente: Conhece bem, não é, Deputada Lenir? Mais do que nós, a máquina governamental sabe inclusive auxiliar e como. Por isso que ele se demonstrou um entusiasta nesse sentido, porque reconhece a necessidade, o valor de a categoria ter seus anseios aceitos, porque sabe o valor da educação, porque foi Secretário inclusive, como Vossa Excelência, não é? É isso; a nossa pauta era essa. Nós saímos daqui com o encaminhamento de verificar uma data comum à Comissão e aos demais convidados para essa reunião, e já vou encaminhar de pronto aos vossos Gabinetes as resoluções que chegaram do Conselho Estadual de Educação, os extratos das contas do FUNDEB referentes aos meses de janeiro e fevereiro deste ano, que já estão sob o poder desta Comissão. E vai chegar ao vosso Gabinete, Deputada Lenir, o Projeto que Vossa Excelência vai relatar. Era isso. Pergunto se alguém mais tem algo a falar, a acrescentar? Não havendo, eu agradeço a Vossas Excelências, Deputada Ângela Águida, Deputada Lenir Rodrigues, pela participação em nossa Comissão, na reunião. E não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião. Bom dia a todas!

Deputado **Evangelista Siqueira**
 Presidente da Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTOS E LAZER, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas e vinte minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, reuniu-se em audiência pública, a Comissão de Educação, Desportos e Lazer, sob a Presidência do Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Deputados, membros titulares: Lenir Rodrigues e Tayla Peres. Ausente o Senhor Deputado Gabriel Picanço e Deputada Ângela Águida Portella.

Abertura:

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira:** (inaudível) posterior transcrição da Ata. Gostaria de saudar a todos e todas que estão presentes já no nosso espaço virtual para esse momento de discussão. Esta comissão de educação reunida deliberou pela realização desta audiência pública, motivada por um ofício do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, o SINTER, que nos pediu para ajudar a promover a discussão em torno dos gastos do FUNDEB no ano de 2020. Por essa razão, deliberamos na comissão de educação, por unanimidade dos deputados, que iríamos realizar este momento de audiência pública, que foi precedida por uma reunião, na qual estiveram presentes: representantes do SINTER, representantes do MOTE e outros deputados, onde nós discutimos alguns aspectos referentes a esta audiência pública. Gostaria de informar todos os que foram convidados para esta audiência pública: a Senhora Leila Soares Perussolo, Secretária de Estado da Educação e Desporto, que já se encontra presente; A Senhora Cilene Lago Salomão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima - TCE, que até o presente momento não confirmou, não respondeu, não deu nenhum aceno a esta comissão sobre participar da mesma ou a enviar alguém que fale pela Instituição. Foi convidado também o Senhor Doutor Lincoln Zaniolo, Promotor de Justiça do Estado de Roraima da PRO-DIE, do Ministério Público de Roraima, que comunicou a assessoria desta comissão de Educação que não vai participar, pois está viajando. Foi convidado também o Senhor Diogo Novaes Fortes, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, que até o presente momento não justificou, não respondeu, não indicou ninguém para participar representando aquela Instituição. Foi convidada também a Senhora Josefa Matos de Freitas, Diretora Geral do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Estado de Roraima - SINTER/RR. Convidamos também a Senhora Nildete Silva de Melo, Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/RR, que também se encontra presente juntamente com a Representante do SINTER. Foi convidada também a senhora Albanira Cordeiro de Araújo, representante do Movimento Organizado dos Trabalhadores em Educação - MOTE. Além de outros que já entraram aqui na audiência pública e já foram acolhidos. Gostaria de cumprimentar a Sua Excelência, o Deputado Estadual Nilton Sindpol: seja bem-vindo, deputado. Enquanto aguardamos a vinda de outros deputados, que haverão de se conectar e participar conosco, haja visto que neste momento também acontece reunião de outras

comissões, outras audiências e nem todos os deputados conseguiram se conectar ainda. Então, atendendo ao nosso pedido, a principal discussão se dá em torno dos recursos do FUNDEB, sobretudo da aplicação destes recursos neste ano de 2020, e eu passo neste momento a palavra à Senhora Secretária de Educação, Professora Leila Perussolo, que inicialmente pelo tempo de até 15 minutos, ela possa nos falar um pouco sobre os gastos do FUNDEB neste ano de 2020. Vale ressaltar, antes de passar a palavra para a Professora Leila Perussolo, que esta comissão de Educação enviou, no dia 01 de dezembro, ofício que foi recebido às 11 horas e 15 minutos no gabinete da Secretaria de Educação, pedindo que a secretaria fornecesse para esta comissão, planilhas referentes aos gastos do FUNDEB do ano de 2020 e todo o detalhamento do recurso que foi utilizado este ano. No dia 04 de dezembro, foi feito um novo contato desta comissão com a Senhora Márcia, Chefe de gabinete da Secretaria de Educação, que disse naquela oportunidade que a Secretaria estava providenciando todas as planilhas que foram pedidas pela comissão para que nós pudéssemos avaliar, mas, até a presente data, não chegaram as planilhas. Então, nós estamos em audiência sem ter essa documentação que foi solicitada à Secretaria de Educação. Mas neste momento, eu passo a palavra à Senhora Secretária de Educação, Professora Leila Perussolo, para que no tempo de até 15 minutos, faça a sua apresentação referente aos gastos do FUNDEB no ano de 2020. Professora Leila, a palavra é sua.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – Obrigada, Presidente da Comissão de Educação, Deputado Evangelista. Cumprimento os demais deputados presentes. Gostaria de cumprimentar a nossa Presidente do Conselho Estadual de Educação, professora Nildete, e a professora Josefa, Presidente do SINTER, em nome da qual cumprimento todos os profissionais da Educação presentes na audiência pública com autorização para se fazerem presentes e também os que estão assistindo via Youtube, canal da TV ALE ou outros procedimentos autorizados pela presidência dessa audiência pública. Gostaria de comunicar ao Senhor Presidente da Comissão de Educação e aos demais presentes que nós vamos pedir daqui a pouquinho permissão e autorização para apresentar a planilha que me foi solicitada. Nós queremos fazer a apresentação, e é um procedimento que está sendo gravado, então todos os demais colegas que estarão assistindo também terão acesso à nossa planilha – não de gastos em Educação em tempo de pandemia, mas de investimento em Educação em tempo de pandemia. Inicialmente, eu gostaria de esclarecer a todos os presentes que a gente precisa separar alguns recursos e entender a finalidade ou o objetivo desses recursos para a educação. Eu gostaria de deixar em evidência que o recurso do PNAE, Plano Nacional de Alimentação Escolar, é destinado e aplicado para alimentação escolar, que não há vinculação com os recursos do FUNDEB para aplicação em pagamento dos profissionais de educação que estão atuando nas nossas escolas públicas. Também gostaria de lembrá-los que temos aqui uma transparência e podemos apresentá-la, só para os senhores verificarem os valores que estão disponíveis do PENAI, que são a *per capita* de aluno e o valor que recebemos de PENAI aplicado. No ano de 2019, mais de 100% do valor recebido foi aplicado na agricultura familiar. Então, queria só esclarecer para tirar os ruídos que tenham ocorrido nos canais de mídia e também em algumas cobranças via WhatsApp. Eu preciso que a gente separe esses recursos. Da mesma forma, o recurso do PNATE, que é do transporte escolar, nós vamos publicar até para ficar gravado, Presidente (inaudível). Quero pedir autorização para compartilhar a tela, por favor, para autorizar o compartilhamento da tela. Não está autorizada ainda? Presidente, não está autorizado o compartilhamento.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira:** Até o momento, não chegou aqui para a gente, mas está autorizado. (inaudível)

A Senhora **Professora Leila Perussolo:** Presidente, (inaudível) para nós aparece que ainda não está autorizado. (inaudível)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira:** Nossa assessoria técnica está fazendo a verificação, um minuto, secretária. Enquanto isso, a senhora pode dar continuidade à sua fala, e depois a gente acrescenta o tempo necessário.

A Senhora **Professora Leila Perussolo:** Obrigada, Presidente. Nós fizemos primeiro esta transparência para dar publicidade ao fato de que já estão públicos, no portal do Ministério da Educação e na portaria que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar, todos os valores destinados da *per capita* aluno que nós recebemos. Então, temos um valor para o ano de 2020 que é repassado conforme a modalidade/etapa da educação básica. O nosso valor é 6.883.000,00 reais, destinado à alimentação escolar. Podemos aplicar 100% desse valor no programa de agricultura familiar, desde que a gente aplique no mínimo 30%. No ano passado, aplicamos 100% na agricultura familiar. Também segundo a resolução do Ministério da Educação, quando não aplicamos esse valor, ele é reprogramado para o ano seguinte. Este ano, não aplicamos o valor ainda na agricultura familiar, então ele será reprogramado para o ano seguinte. O valor do Programa Nacional de Transporte Escolar

também é uma *per capita* de alunos, identificados pelo censo, que utilizam o transporte escolar, e que nós registramos no sistema. Esse também não é um valor que se vincula a pagamento de professor. São contas específicas e separadas, prestação de contas também separadas e rubricas separadas dentro do financiamento da educação. Com referência ao FUNDEB (interrupção)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira**: Secretária, me permita. Nossa assessoria técnica está comunicando que, até o momento, não recebemos nenhum pedido de compartilhamento de tela para a exibição de slides.

A Senhora **Professora Leila Perussolo**: (inaudível) Só um minutinho, Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira**: Tudo bem.

A Senhora **Professora Leila Perussolo**: Nós vamos enviar uma foto no seu celular, porque aparece para a gente o pedido e a não autorização, Presidente. (inaudível). Vamos enviar para o e-mail dele para ver se o Presidente consegue.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira**: Pode encaminhar via WhatsApp.

A Senhora **Professora Leila Perussolo**: Presidente, vamos enviar para o senhor as telas. Quem sabe daí o senhor consegue apresentar para nós. Pode ser?

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira**: Pode ser.

A Senhora **Professora Leila Perussolo**: Pronto. Vamos enviar também a do FUNDEB. Essa que o senhor recebeu é do FUNDEB. (inaudível) Marcos, me dê rapidinho o PDF. Vamos enviar para o senhor as telas; quem sabe, o senhor consegue compartilhar. Ok, Presidente, agora foi liberado. Obrigada! Obrigada, Presidente. Pronto, pode passar os valores para mim, por favor. Está aqui, Presidente. Nesta tela, colocamos a quantidade de alunos por etapa, por município, para conhecimento de todos, já que vai ficar disponível para todos. Temos hoje 76.000 alunos, e o financiamento da educação, na *per capita* aluno, é por etapas e modalidades. Então esse é o valor que temos de quantidade de alunos, separado por escolas urbanas, rurais e indígenas; esse é o censo escolar de 2020. É claro que a *per capita* que recebemos para investimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar considera o quantitativo de alunos do censo de 2019, mas aqui está o valor médio que nós recebemos por aluno. O valor do aluno da educação indígena é 64 centavos; eles não são separados por modalidade, por etapas. Os demais, todos estão separados. Isso aqui está disponível no site do Ministério da Educação, de acordo com o que regulamenta o Programa Nacional de Educação; está publicada a portaria. Gostaria de esclarecer que esse valor, que é o valor que temos disponível, não faz parte de qualquer vinculação, Presidente e demais colegas. Ele não faz parte do corpo do FUNDEB e também não se destina à aplicação de salário ou remuneração de professores ou profissionais da educação que estão atuando nas escolas. Agora vou apresentar aos senhores a outra planilha, que é a do FUNDEB. Bom, esta é a planilha das receitas do FUNDEB, estas são as receitas de 2020, Presidente, conforme o senhor solicitou no seu escritório. Aqui nós fizemos mês a mês, conforme foi solicitado, toda a receita, o demonstrativo. Nós colocamos aqui de onde vem esse fundo, essa arrecadação que compõe o FUNDEB. Roraima não tem complementação do FUNDEB pela União; ele é um fundo constituído com as transferências constitucionais do próprio Estado. Aqui nós temos gradativamente a arrecadação do mês de janeiro ao mês de novembro, com estes impostos, a transferência do FTE, a composição do fundo, que é a somatória do conjunto (inaudível) daquilo que o Estado colocou no fundo. E aqui temos um outro valor que é o que realmente fica dentro do Estado, já que, dentro da composição do FUNDEB, temos esta outra coluna em rosa referente à distribuição para os municípios, chamada de perda do FUNDEB pela regulamentação do FUNDEB e de distribuição para os municípios por nós. Analisando esta planilha, a estimativa é de 174.000.000,00. A transferência desses recursos que estão orçados é de 587.000.000,00, porque temos a *per capita* que fica dentro do orçamento Estadual e Financeiro e o valor destinado à distribuição para os municípios. Não temos ainda o fechamento do FUNDEB para o mês de dezembro. Nossa folha mensal de pagamento a servidores da educação que estão atuando nas escolas tem uma variação em torno de 35, 32 milhões/mês. E se analisarmos as despesas (depois vamos apresentar as planilhas; o Serginho vai fazer a apresentação), vamos especificar mês a mês toda a arrecadação e o que foi pago com investimento no salário dos profissionais da educação que estão atuando nas nossas escolas. Posso prosseguir, Presidente?

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira**: Pode prosseguir secretária.

A Senhora **Professora Leila Perussolo**: Obrigada, Presidente. O Serginho está aqui me lembrando, para poder ficar mais claro...

O Senhor **Serginho**: Boa tarde. Só para ficar claro do que trata esse demonstrativo, Deputado, porque muitas vezes as pessoas se

confundem quando veem os valores que são disponibilizados para os investimentos estaduais em educação. Esta terceira coluna, que trata da composição do FUNDEB, contém todos os recursos que o governo do Estado coloca no fundo. Com força de lei, o Estado e os 15 municípios colocam recursos lá dentro e, posteriormente, esses valores serão divididos conforme o número de matrículas da rede à qual eles, Estado e Municípios, pertencem. Então, é preciso entender que esse valor de 587.000.000,00 não é efetivamente o valor disponibilizado para a rede Estadual de Educação, mas sim, aqueles 386.000.000,00 de reais. Aquela ali é a parte que compete à Secretaria Estadual de Educação. O valor de 587 é o que foi para o fundo, e o que retornou para essa rede foram 386.000.000,00. Aqueles outros 200.000.000,00, que estão na última coluna, dizem respeito à distribuição para os municípios com maior número de matrículas dentro da sua rede. Por isso que, dentro da contabilidade, identificamos essas regulamentações como perda do FUNDEB Estadual – porque são receitas que foram o Estado que (inaudível) e que foram distribuídas dentro dos municípios. Mas que fique claro que a receita efetiva da Secretaria Estadual de Educação é de 386.691.000,00, conforme pode ser comprovado também pelos extratos bancários que são publicados pelo portal do Banco do Brasil regularmente, dentro dos demonstrativos que são repassados das transferências constitucionais, uma vez que o FUNDEB faz parte disso daí. E aí está a fonte de todos esses dados. Também vamos disponibilizar a origem de todos os dados comprovando todas essas informações que estamos repassando.

A Senhora **Professora Leila Perussolo**: Estes são os dados de onde estamos tirando, Presidente, essa síntese da apresentação e que estão disponíveis no Portal da Transparência, no Banco do Brasil, já que se trata de recursos públicos, e o acompanhamento deve ser feito pela sociedade. Nós colocamos as fontes, e cada um pode verificar se essas informações procedem e estão corretas. Bom, agora vamos apresentar aos Senhores as despesas do FUNDEB. Naquela tela anterior são as receitas, a composição do Fundo, o que realmente fica com o Estado para investimento em educação, de forma muito especial e única (inaudível) vai para o pagamento dos nossos profissionais em educação, da carreira do Magistério, que estão atuando nas escolas, e a parte identificada como perda do FUNDEB pela nossa regulamentação, que é a distribuição para os municípios. O Serginho responde hoje pelo DEPOF, nosso Departamento de Orçamento e Finanças. Ele fará a explicação das despesas do FUNDEB.

O Senhor **Serginho**: A primeira coisa que precisamos entender, como a secretária já mencionou, é quais são os gastos efetivamente executados dentro do FUNDEB. O que a gente tem observado que muito tem se falado a respeito do uso, por exemplo: “ah, reduziu transporte escolar, reduziu terceirizadas, então vai haver sobra do FUNDEB”. Temos que entender onde a Secretaria Estadual de educação emprega os recursos do FUNDEB. Aí temos que dizer o seguinte: 100% deles estão sendo empregados no pagamento de pessoal. Então, quando tratamos de redução de terceirizadas dentro das escolas, de transporte escolar no atendimento, uma vez que muito se falou sobre as eventuais reduções dessas despesas, vemos que a redução desse tipo de despesa não impacta em redução do FUNDEB, uma vez que elas já não eram atendidas com recursos do FUNDEB. Então, os recursos do FUNDEB... Aí a gente entra no mérito técnico de dizer o seguinte, para facilitar a compreensão das pessoas que vierem a requerer dentro dessas unidades, que a secretária mencionou, de transparência das informações, que são o Portal da Transparência e as demais instâncias... (interrupção).

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira**: Não conseguimos te ouvir nesse momento.

A Senhora **Professora Leila Perussolo**: Presidente?

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira**: Agora voltou o som. Por favor... (inaudível).

O Senhor **Serginho**: (inaudível) Para facilitar a busca das pessoas que desejarem confirmar essas informações, é procurar pela fonte 134, a unidade sanitária 17601, pois todas as informações do FUNDEB são publicadas dentro dessa dimensão, são publicadas no Portal da Transparência e são encaminhadas mensalmente para o Conselho Estadual do FUNDEB, que acompanha toda essa execução de receitas e despesas. Então... (interrupção).

A Senhora **Professora Leila Perussolo**: Presidente, nós também gostaríamos de especificar aos senhores que, no período da pandemia, nossas escolas estão com atividades remotas. Não tivemos demissão dos selecionados, não tivemos redução salarial, porque nossos professores continuaram trabalhando e atendendo nossos alunos remotamente. Então, não houve qualquer redução de número significativo de professores ou outros profissionais que estão atuando nas nossas escolas.

O Senhor **Serginho**: Como já mencionamos, partimos da ideia de que 100% dos recursos do FUNDEB são empregados no pagamento

de pessoal. Temos esse quadro demonstrativo de todas as despesas que já efetuamos. Para facilitar a compreensão, estão separadas entre os 60% e os 40%, conforme a legislação do FUNDEB também demonstra. Ai nós temos mês a mês como isso tudo foi ocorrendo. Lembrando aos senhores que se trata de valores liquidados. Para fins de despesas públicas, a contabilidade entende que a liquidação é a garantia da execução da despesa. Então todos esses números que estão sendo apresentados dizem respeito aos valores liquidados dentro daquele período. Por isso, vocês podem ver que há uma variação de um período para o outro, mantendo a média, como já dissemos, de que nossa folha mensal do FUNDEB gira em torno de 35 milhões. Esse é o teto base com que trabalhamos no período cheio, considerando que se trata da folha de pagamento dos profissionais que atuam exclusivamente em ambiente escolar. Então, dos 60%, verificamos aí que, no ano de 2020, de janeiro a novembro, incluindo o pagamento da primeira parcela da gratificação natalina, do décimo terceiro, que foi realizada em abril deste ano, totalizamos 388 milhões de reais empregados nessa folha de pessoal. Para os 40%, temos ainda esta coluna do lado, no (*ensino*) fundamental e no médio. Lembrando que esses 40% dizem respeito, por força de lei, a todas as outras despesas a serem atendidas pelas escolas. Cabe mencionar que, em alguns anos anteriores, conseguimos executar outras despesas para atendimento das necessidades escolares dentro do FUNDEB, com terceirizadas, por exemplo. No entanto, nos últimos anos, sabemos que a partir de 2017, 2018, nosso FUNDEB passou a ser empregado exclusivamente no pagamento de pessoal gradativamente. Ao ponto em que chegamos no ano de 2018, com todo aquele colapso financeiro que o Estado passou, que é de conhecimento de todos. E hoje, no ano de 2020, os recursos do FUNDEB estão destinados exclusivamente ao pagamento de folha pessoal, de acordo com esses valores apresentados aos senhores nessas tabelas. Na planilha seguinte, temos um quadro totalizante, para facilitar essa visualização – os 60% e 40% vão nos dar o valor do ano, uma execução da despesa na ordem de 411 milhões de reais do FUNDEB. Esse é o valor que a Secretaria Estadual de Educação já investiu em educação com recursos do FUNDEB no ano de 2020, distribuídos dessas duas formas aí. De antemão, já podemos verificar, com relação a esses valores que estamos apresentando, que... Nessa próxima tabela, verificamos um comparativo entre os valores, Excelentíssimo Deputado. Temos as receitas do FUNDEB. No ano de 2020, esta Secretaria Estadual de Educação recebeu 386 milhões de reais, enquanto o FUNDEB teve com despesas de pessoal, na sua totalidade, 411 milhões. A gente já verifica, primeiro, que não conseguimos ver, nesse quadro, sobra. Não há sobra, pelo contrário, vemos que há déficit, que está faltando recurso. E é isso que a gente vem tentando dialogar, tanto o poder público... Desde o ano de 2018, quando chegamos a esse ponto de estrangulamento, a gente vem chamando a sociedade, vem dialogando e buscando estratégias de como solucionar essa situação em que estamos. Esta é uma realidade que a Secretaria de Educação está trabalhando e nós procuramos outros mecanismos para poder regularizar. De modo que os professores, os profissionais das escolas, professores na sua totalidade, na sua grande maioria, como a gente pôde verificar na tabela anterior, que mostra que 60% dizem respeito aos professores. E se verificarmos direitinho, vemos que nossa receita do FUNDEB do ano foi na ordem de 386, só com os 60% obrigatórios, esses constitucionais. Com a renumeração dos profissionais do Magistério, já gastamos 388 milhões, ou seja, já gastamos 100% do recurso do FUNDEB com renumeração dos profissionais do Magistério. Estamos falando apenas do Magistério. Essas outras despesas, essas outras necessidades foram atendidas com recursos que estamos utilizando através desse diálogo junto ao governo do Estado, com antecipação dos repasses para a Secretaria, inclusive a utilização de outros fundos, do contrário, nem sequer conseguiríamos manter a folha de pagamento em dia dos profissionais das escolas, que é isso que vai mostrar esta tabela final aí, que vai nos dar esse déficit. Aquele déficit que mostramos anteriormente de 25 milhões de reais que estão distribuídos dentro dessas três folhas.

A Senhor **Professora Leila Perussolo**: Então, com referência ao FUNDEB, esta é uma planilha extremamente descritiva, com identificação das fontes, de onde nós tiramos os dados, que estão disponíveis no Banco do Brasil, no Portal da Transparência, e que cada um pode acompanhar e verificar esse estrangulamento do FUNDEB, principalmente em 2017 e 2018. Eu gostaria inclusive de ressaltar que, em 2018, quando assumimos a Secretaria de Educação, já na metade do mês de dezembro, o pagamento de dezembro só aconteceu em janeiro, e por quê? Exatamente em razão desse estrangulamento, porque, na época, não havia repasses, o governo do Estado de Roraima não tinha de onde repassar, e porque, durante o ano de 2018, havia dois centros de custo, e esses dois centros de custo faziam a divisão do pagamento, usando recurso do FUNDEB, do mês subsequente para fazer o pagamento do mês anterior, porque o pagamento dos salários não era feito dentro do mês, e sim, entre dia 5 e dia 14. Acontece que,

quando fecha o exercício, que foi o ano de 2018, o que entrou no FUNDEB no ano de 2018 não deu conta de pagar a folha de 2018 do mês de dezembro. Nós conseguimos liquidar o nosso pagamento com os profissionais da educação em janeiro, quando houve um repasse do Tesouro Estadual para suprir essa necessidade. Já que não se podia, como anteriormente, nós não fizemos isso, não fizemos no ano de 2019 para o ano 2020, usar o recurso de um mês para o mês anterior. Nós estamos trabalhando de forma muito responsável, muito ética, com a sustentabilidade financeira da Educação, fazendo com que as nossas estratégias de lotação estejam amparadas pelo plano de cargos e salários, retendo as nossas lotações, retendo quantitativos de professores seletivados, que é uma situação que vem impactando gradativamente também a folha de pagamento de pessoal dentro da Secretaria, tendo havido, ao longo dos anos, um número maior de contratações de profissionais da educação do que necessitava, e nós estamos trabalhando com essa responsabilidade. Também, desde o início a nossa gestão, estamos trabalhando com o pagamento, com retenção da patronal, que é legal, e essa patronal está chegando ao IPER, diferentemente de anos anteriores. Tudo isso nós temos como enviar, vocês podem pegar isso junto ao IPER, que é de transparência pública. Então, essa é a realidade do FUNDEB. Também, o Conselho do FUNDEB, na gestão do ano passado, deixou um relatório que compõe o descritivo do FUNDEB, um relatório em que pede à Secretaria de Educação que faça um planejamento de medidas mais pontuais para mitigar o crescimento das despesas com pagamento de pessoal dentro do FUNDEB, para evitar exatamente atrasos, evitar qualquer outra complicação que pudesse recair sobre nossos profissionais da educação. Fizemos também os enquadramentos, estamos seguindo, sim, todos os enquadramentos judiciais, entregamos um relatório situacional à Presidente do SINTER, em uma reunião na qual demonstramos o quantitativo de professores que foram enquadrados apenas no ano de 2020, com o impacto financeiro. Atualizamos as progressões, mas nós pagamos os retroativos devidos, e tudo isso são impactos no FUNDEB. É devido ao professor, é lei, é garantia, mas isso representa novos impactos. Nós temos ali, em média, umas 50 portarias de enquadramento, ainda para serem publicadas, mas que já estão sendo providenciadas, e tudo isso, Presidente, senhores professores, autoridades que nos acompanham, tudo isso é impacto na folha de pagamento dentro da programática destinada para investimento com pessoal. Fico à disposição, Presidente, também para responder a outras perguntas que, por ventura, estejam aparecendo no site, como alguns questionamentos, e depois, se o Senhor permitir, eu posso esclarecer. Ficamos à disposição.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira**: O nosso intuito é exatamente esse, esgotar todos os questionamentos. Mas para seguir o protocolo dos convites que foram feitos, gostaria de passar a palavra neste momento... Primeiro, saudar as Deputadas Lenir e Tayla Peres, que se encontram nesta audiência pública. E daqui a pouco também terão direito a manifestação. Passo então a palavra neste momento à representação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação, através de sua direção geral, Professora Josefa, que também tem assento no Conselho do FUNDEB. O sindicato tem as informações e pode nos apresentar, naquilo que é anseio da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do nosso Estado. Professora Josefa, a Senhora tem a palavra, inicialmente pelo período de até, por ser a componente nessa discussão, de até 10 minutos, no máximo, para que depois nós possamos abrir para um diálogo maior com todos da categoria que quiserem se manifestar e fazer algum questionamento para a equipe da Secretaria de Educação. A palavra é sua, professora Josefa.

A Senhora **Professora Josefa** – Boa tarde a todos, senhor Presidente, senhores Deputados, professora Lenir, professora Leila. Bom, é um anseio da nossa categoria essa questão do FUNDEB e há muito tempo, como estamos nesse período de pandemia, todo mundo vêm questionando, estamos sendo muito cobrados em relação a isso. Tivemos uma reunião com a secretária, em que ela passou alguns dados para nós, e nesses dados ela já comprovou que não teria esse recurso do FUNDEB. Mas isso não serviu, porque a categoria anseia por provas, por documentações – e isso é o certo: nós termos toda essa documentação em mãos para que possamos tirar as dúvidas dos nossos sindicalizados. No momento, nosso sindicato está trabalhando em parceria com todos os departamentos, e nós temos, aqui nessa audiência, a professora Cheiliana, que está instruída a passar todas as informações do FUNDEB que ela tem dos anos anteriores, para que tire todas as dúvidas da nossa categoria. O que a secretária falou sobre o recurso do FUNDEB ser todo gasto no pagamento da folha foi comprovado aí através de tabelas, que ela apresentou para todo mundo, e a gente também fica no aguardo de receber esse material, porque a gente precisa receber esse material, como vocês também da Presidência, e a gente não recebeu até o momento essas planilhas para fazermos um estudo comparativo dos anos anteriores. Eu gostaria que a professora Cheiliana dissesse algumas

palavras aqui também com a gente, do sindicato, que expusesse todas as questões do FUNDEB e os quadros comparativos que ela já fez.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Ok, professora Josefa. Obrigado por sua manifestação. Então com a palavra, a professora Cheiliana. Professora Cheiliana, não conseguimos nem lhe ver (*inaudível*).

A Senhora **Professora Cheiliana** – Pronto! Eu estava tentando ligar o meu (*inaudível*)(*interrupção*).

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Pronto, agora sim. Por favor.

A Senhora **Professora Cheiliana** – Boa tarde a todos, a todos que estão presentes nesta audiência pública! É um momento muito importante de discussão, porque estamos falando de financiamento da educação. Peço perdão pela minha voz rouca, mas estou me recuperando de uma gripe, espero que estejam todos me escutando(*inaudível*)(*interrupção*).

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Estamos escutando, mas não estamos vendo a senhora, professora Cheiliana. Agora não conseguimos ouvi-la. A senhora desligou áudio.

A Senhora **Professora Cheiliana** – Pronto!

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Agora sim. Por favor, pode prosseguir.

A Senhora **Professora Cheiliana** – Quero deixar claro, a respeito do ano passado, 2019 e 2018. Porém, desde 2014, quando o SINTER tem feito cadeira dentro do Conselho do FUNDEB, nós já fizemos vários pareceres solicitando que dessem uma atenção maior para esta folha, que chegava, em alguns momentos, a 99% da folha. Até a nossa Deputada Lenir, enquanto secretária de educação, também já sabia desse contexto; ela é sabedora desse contexto com o qual nos deparamos. Em 2018 e 2019, não houve outras despesas no FUNDEB; só temos hoje a folha de pagamento, não temos outra questão para nós analisarmos. Dentro do Conselho, só tem uma única despesa, folha de pagamento. Isso é muito preocupante, e eu acredito que a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa também vai levar em consideração. Hoje, sabemos que não temos a complementação da União. Temos um valor por aluno que é um dos mais altos do Brasil. Temos também questões indígenas muito difíceis, pela questão da distância. Temos gastos muito grandes por questões de distância de uma comunidade a outra – questões que a Deputada Lenir também conhece muito bem. Outro questionamento é que saiu uma lista, no ano passado, de pessoas aptas a se aposentarem. Mais de 500 professores aptos a se aposentarem, principalmente professoras, pois se aposentam antes. O que nós observamos? Que a maioria não se aposentou ainda, até o momento, devido a estar aguardando o seu enquadramento, suas progressões, entre outras questões, terminar um mestrado, uma especialização para poder se aposentar. Essa é uma questão que é levada também em consideração. Sobre os números gerenciais do FUNDEB... lembrando que, no ano passado, nós destinamos uma equipe, com vários professores, dentro do sindicato, para fazer uma análise somente da folha de pagamento. Então, significa que: já sabemos que a folha de pagamento ultrapassa os 60%, ela entra nos 40% que deveriam ser para outras coisas, como manutenção das unidades, deveriam ser para resolver outras questões, como material permanente, qualificação do professor, valorização dos técnicos educacionais. Sabemos disso porque acompanhamos a folha de pagamento há muito tempo. Nossos pareceres são sempre nesse sentido – são um alerta. Se todo o FUNDEB é usado para pagamento de pessoal, algo tem que ser revisto, algo tem que ser verificado. Hoje, todo o gasto é apenas com a folha de pagamento. Isso é muito preocupante para o sindicato, para a sociedade, para a Secretaria Estadual de Educação, para o Conselho, porque como podemos usar todos os nossos recursos com a folha de pessoal? Sabemos que vai haver este questionamento, que as pessoas normalmente falam: “não houve gasto este ano”. Sim, gente, não houve gasto, mas a questão não é referente a salário: meu salário está em dia, o pagamento dos professores está em dia. Está saindo, infelizmente via judicial, mas está saindo nosso enquadramento, nossas progressões estão sendo atualizadas. Os retroativos também não contam como FUNDEB, porque ele não pode ser usado para pagar despesas de exercícios anteriores, até porque não teria de onde tirar. E queira deixar claro, para toda a sociedade, que nós estamos falando de dados, de gerenciais do Banco do Brasil, de coisas que são palpáveis, são documentos; não estamos falando: “ah, eu acho que não foi gasto”. Não. Já faz muito anos, temos inclusive parecer documental desde 2014, muito antes do enquadramento, que vimos colocando pareceres para se ter cuidado com essa folha, que ela estava ultrapassando os 60% e chegando a quase 100% dos outros 40%. Então, essa é a preocupação. Se alguém tiver alguma dúvida, nós temos os gerenciais, as planilhas. Deste ano de 2020, temos que finalizar, ainda falta dezembro. Chegamos em novembro com déficit, porém, ainda falta finalizar dezembro, para então o Conselho do FUNDEB dar seu parecer anual, o parecer final que é submetido ao Tribunal de Contas, e lá, se tiver alguma... Minha preocupação é essa, Deputados, Secretária de Educação, Sindicato, Conselho, Instituições legais que estão

presentes nesta audiência pública tão importante para a sociedade e para nós, servidores da educação, que somos qualificados a debater e realmente dar um posicionamento para a categoria. Temos que nos preocupar, sim, com a nossa folha, que é o financiamento da educação. Há outros meios da educação, não só o FUNDEB, que também temos que estudar. Há outras questões que financiam a educação, como o Senat, o PNE, inúmeros outros programas que também requerem parecer e análise. Muito obrigada a todos. Boa tarde. E gostaria de parabenizar esta Casa pela brilhante audiência pública.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigado, professora Cheiliana. Antes de me reportar aos senhores e senhoras Deputadas, para concluir essa rodada dos que foram convidados a se manifestar no primeiro momento, eu passo a palavra agora à senhora Albanira Cordeiro de Araújo, representante do Movimento Organizado dos Trabalhadores em Educação, o MOTE. Senhora Albanira, a palavra é sua pelo tempo de até 5 minutos.

A Senhora **Professora Albanira Cordeiro** – Em primeiro lugar, quero agradecer o espaço. Falar que, desde o dia 11 de novembro, quando protocolamos o pedido desta audiência, aguardávamos este momento. Fico muito feliz de ela estar acontecendo. Veja bem, essa conta não bate. Me perdoe, mas, se a folha foi 32 milhões em janeiro e (*os recursos foram*) mais de 34 milhões, sobraram 2 (*milhões*). Em fevereiro, mais 33 (*milhões*); sobrou 1. Em março, 34 (*milhões*); sobraram mais 2. Em abril, 45 (*milhões*); sobraram 13. Em maio, 50 (*milhões*); sobraram 18. Em junho é que faltaram 16 (*milhões*), mas só o (*que sobrou no*) mês de maio já dá para cobrir junho e ainda sobram 2. Em julho, não teve sobra nem prejuízo. Em agosto, também não teve sobra nem prejuízo. Mas em setembro, sobraram 6 milhões. Em outubro, faltaram 5, mas, em novembro, sobraram 15. Que conta é essa?! Na prestação das planilhas, apresenta essa sobra grande. Agradeço demais, secretária, a senhora dizer que os 100% do FUNDEB estão (*comprometidos*) com o pagamento de folha, ou seja, a senhora admite que essas sobras aqui vão para o rateamento. A senhora está comprovando que nós estamos 100% certos em requerer o rateamento. Porque existe resíduo, sim; está aqui na sua explanação. Outra coisa, dizer que: “estamos fazendo a coisa de maneira transparente” – não é bem assim. A gente vai ver os gerenciais... Quando tentamos ver a folha, vemos lá outros profissionais. Os profissionais de educação, quem são? Qual a função? Em um documento público, pode ser feito assim? Fulano é outro profissional – isso é até discriminatório. Sabe, tem várias fontes no mesmo documento. E mais: não foram aposentados os 500, mas já foram 400. Cadê o que ficou? Porque, quando a pessoa se aposenta (eu me aposentei), o meu salário saiu 100% da folha de pagamento e foi para o IPER. “Ah, teve enquadramento.” É verdade, mas já agora no final do ano. Outra coisa, se você observar, o contrato de 30 para 40 só aumenta 25% da folha. Um professor que é aposentado já cobre 4 professores desqualificados. Então, se foram 400, o número de enquadrados é menor, não bate. E a triste perda que nós tivemos nessa pandemia de professores e professoras por conta da COVID-19 – cadê? Isso não faz diferença na folha? Gente, muitas questões aqui estão em aberto e precisam ser explicadas. A gente vê lá, no SIOPE, não mostra quase nada. Quando a gente vem para a folha da secretária, é que vem essa confusão. O custo por aluno ser superior a 6 mil, quer dizer que o estado está bem, não quer dizer que o estado está mal. E outra coisa, eu fui do Conselho do FUNDEB em 2017, não é verdade que a gente alertou naquele tempo que a folha estava cobrindo 100% do FUNDEB. Eu posso provar com documentos protocolados no Conselho. Não é bem assim. Então, eu vou chamar a atenção para isso. Como é que colocam no Portal da Transparência uma nota sem empenho, sem uma discriminação de despesas. Por exemplo, tem a nota lá RREO-ANEXO 10. Como é que se faz esse tipo de pagamento? Então, tem que ter responsabilidade de ter transparência, que ela seja de verdade, que seja organizada. Porque para mim isso mostra que não tem transparência, quando apresentam as contas de maneira desorganizada. Eu vou finalizar aqui deixando uma frase do nosso querido Paulo Freire, que diz assim: “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.” Pagar esse dinheiro que está sobrando, segundo a secretária mostrou, não é caridade, é justiça, e é isto que a gente quer: que esse dinheiro seja pago, porque é de direito dos professores. Seu Presidente, muito obrigada mais uma vez. Saúdo a todos. Obrigada pelo espaço. Boa tarde.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Boa tarde, senhora Albanira. Obrigado por sua manifestação. Logo após a palavra dos deputados, a gente remete seu questionamento para a secretária de educação. Mas neste momento, eu gostaria de abrir espaço para os deputados que se encontram presentes aqui. Eu consigo visualizar a Deputada Lenir, Deputado Nilton, Deputada Tayla Peres. Passo a palavra a Vossas Excelências, para que possam também fazer suas considerações e,

em seguida, possamos abrir uma rodada de questionamentos e discussão com os demais que se encontram aqui na sala virtual. Senhoras e Senhores deputados.

O Senhor **Deputado Nilton Sindpol** - Presidente Evangelista, boa tarde! Boa tarde a todos. Gostaria de fazer o uso da palavra.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Por favor, deputado, a palavra é sua.

O Senhor **Deputado Nilton Sindpol** - Mais uma vez, quero dar meu cordial boa tarde à secretária Leila, Deputada Lenir, Deputada Tayla, ao Presidente desta audiência, Deputado Evangelista Siqueira, e a todos os demais participantes. Apesar de eu não ser da Comissão da Educação, tenho interesse porque se trata de assuntos relacionados aos trabalhadores. Como todos sabem, sou servidor público do Poder Executivo, Policial Civil, e, quando se falou desta questão do FUNDEB, o possível rateio de valores, isso me chamou a atenção porque, que eu me lembre, o único governador que fez o rateio do FUNDEB foi o ex-governador Flamarion, mas enfim... Ouvindo e analisando atentamente a fala da secretária de educação, em que ela apresentou a planilha, e nós constatamos aqui, diante do que ela nos mostrou, que realmente os valores do FUNDEB (*inaudível*) a fala dos próprios professores, da professora Albanira (*inaudível*), nós vimos (*inaudível*) confronto de valores e ficou muito (*inaudível*) não temos, Presidente Evangelista. Como realmente é (*inaudível*) pela parte dos professores aqui, para confrontarmos se há uma divergência com essa planilha que a secretária apresentou. É sobre esse ponto que eu quero fazer o questionamento aos demais profissionais de educação aqui presentes nesta audiência, para irmos ao cerne da questão. Os valores recebidos, os valores pagos e se existem excedentes que possam ser rateados entre os profissionais da educação. Então, eu quero deixar essa indagação e esse relato aqui, para sermos objetivos nesta questão da audiência pública. O meu muito obrigado a todos. Boa tarde.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Boa tarde, Deputado Nilton. Obrigado por sua contribuição. Antes de passar a palavra às Deputadas, gostaria de relatar mais uma vez que foram convidados para esta audiência pública e não se manifestaram, seja para justificar ausência, seja para indicar o nome de algum representante da instituição, a senhora Cilene Lago Salomão, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima; o senhor Lincoln Zaniolo, Promotor de Justiça do Estado de Roraima, que avisou, através de sua assessoria, que estaria viajando, mas não indicou alguém para participar; o senhor Diogo Novaes Fortes, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, que também não se manifestou, nem para indicar alguém para participar desta audiência pública. Franqueio a palavra para as Deputadas Lenir e Tayla.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Deputada Lenir.

A Senhora **Deputada Lenir Rodrigues** - Seu Presidente, boa tarde. Boa tarde a todas e todos. Ouvi atentamente a explanação da secretária e dos técnicos da SEED. Porém, desde a semana passada, eu tenho dito que gostaria... Eu sou do tempo antigo, sabe? Gosto de papel. Então, olhar assim, no computador, ficou... Tem uma coluna que ficou coberta com as nossas imagens, muito ruim para fazer os comparativos, inclusive para compararmos com os gerenciais. Então, a grosso modo, estou pensando como a professora Albanira, que tem alguma sobrinha por aí. A gente sabe que, nesses anos todos, o FUNDEB, aqui em Roraima, é realmente todo voltado para o pagamento de pessoal. E realmente nunca teve sobra - e o certo é isto: não ter resíduo, porque o gestor que deixa sobra, significa que não cumpriu, não aplicou corretamente os recursos. Então, se sobra, é direito dos trabalhadores ter esse resíduo. Realmente, eu vejo como uma boa justificativa para o aumento da folha a questão do enquadramento. É verdade. Tem enquadramento, tem progressão, mas também realmente precisaríamos ter esse levantamento de quantos aposentados, quantos faleceram, para que pudéssemos ver esse impacto financeiro dentro do contexto da apresentação dessas planilhas. Eu insisti muito que gostaria de receber essas planilhas antes desta audiência pública porque, se não, fica o dito pelo não dito, e não conseguimos extrair da audiência pública uma resolução do problema. Mas eu gostaria de receber essas planilhas para que pudesse, com minha equipe técnica, realmente fazer uma análise dessa apresentação e comparar com o que consta no Portal da Transparência. E, sem esses dados, é leviano dar algum parecer aqui na audiência pública assim, a grosso modo, porque, embora eu tenha me esforçado para fazer as anotações pertinentes, realmente não dá sem ter um dado concreto. Eu sugiro que todos nós (*interrupção*)

O Senhor **Professor Clenildo** - Eu estou só terminando um negócio de uma audiência aqui, audiência pública e...

A Senhora **Deputada Lenir Rodrigues** - Professora Albanira? O seu microfone está ligado, está atrapalhando minha fala.

O Senhor **Professora Albanira** - Não. Não foi meu, foi o do

Clenildo. Eu liguei o meu agora para responder.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Agora está desligado, pode prosseguir.

A Senhora **Deputada Lenir Rodrigues** - Então, eu sugiro que todos nós saíamos dessa audiência com o propósito de estudar esses dados e verificar essas limitações apresentadas, comparando esses outros dados fáticos que nós temos em nossa sociedade. Por quê? A não ser que para cada pessoa que faleceu tenha tido um enquadramento ou uma progressão para substituir, seria até cômico fazermos essa análise. Mas para fecharmos as pontas, precisaríamos saber se, já que foi 100% só de pessoal, que não teve nenhum outro tipo de pagamento, seria necessário sairmos daqui com esta resposta exata: "não, foi só folha de pessoal". Porque fica mais fácil fazermos essa análise com o papel, como eu digo. Essa questão de apresentar no dia, na hora, eu já sabia que não ia dar certo. Com todo respeito. Porque eu sei que o tempo foi exíguo, tivemos um feriado no meio, mas eu insisti, sempre fui a favor de que se adiasse a audiência, mas que pudéssemos analisar os dados antes. Então, eu peço desculpas, mas não vou dar um parecer, já que não tenho uma opinião formada, porque não tive acesso a esses dados antes da audiência pública. Então posteriormente, eu posso manifestar por escrito a minha opinião sobre esse assunto. Agradeço a oportunidade, Presidente, e também agradeço a participação de todas e todos os convidados desta audiência pública aqui na nossa Comissão.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Obrigado, Deputada Lenir. Deputada Tayla, a senhora deseja se manifestar agora?

A Senhora **Deputada Tayla Peres** - Boa tarde a todas e todos aqui presentes nesta audiência. Quero aqui simplesmente fazer uma pergunta, Presidente, e pedir desculpa pelo atraso. Estava na rua, tentando acessar, e meu celular descarregou. Não consegui acompanhar o começo dessa reunião. Vi que a secretária apresentou umas tabelas, e eu queria muito ter acesso a essas tabelas. A pergunta seria, Presidente: nós, deputados, teremos acesso a essas tabelas? Se deram entrada para que essas tabelas cheguem aos nossos gabinetes? Para realmente fazermos uma análise melhor, nos debruçarmos e estudar (*inaudível*)(*interrupção*)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Pode prosseguir, Deputada.

A Senhora **Deputada Tayla Peres** - Eu gostaria de saber, Presidente, se vamos ter acesso a essas tabelas, a esses dados que a secretária mostrou em uma tabelinha no computador?

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Sim, Deputada. A secretária já se comprometeu (*interrupção*)

O Senhor **Deputado Nilton Sindpol** - (*inaudível*)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Deputado Nilton, seu microfone está aberto. Solicito que desligue. Pronto. Deputada Tayla, então reforçando, a secretária de educação já disse que vai encaminhar essas planilhas para nossa Comissão, e nós vamos disponibilizar essas planilhas a todos aqueles que desejarem, juntamente com a Comissão de Educação, fazer a análise detalhada que nós deveríamos ter feito com antecedência, se assim tivesse sido procedido desde o início quando pedimos. Mas a palavra agora (*inaudível*)(*interrupção*)

A Senhora **Deputada Tayla Peres** - Ótimo; isso mesmo. Então eu faço minhas as palavras da deputada Lenir. Também vou analisar, me debruçar e estudar bastante esses dados, esses documentos, assim que chegar no nosso gabinete. E, com certeza, dar nossa opinião e fazer alguma coisa em relação a esse assunto. Era somente isso, senhor Presidente. Quero agradecer a participação de todos, agradecer a participação da secretária. Uma boa tarde a todos.

A Senhora **Deputada Lenir Rodrigues** - Senhor Presidente (*inaudível*)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - (*inaudível*)

A Senhora **Deputada Lenir Rodrigues** - Boa tarde, senhor Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Deputada Lenir.

A Senhora **Deputada Lenir Rodrigues** - Eu gostaria também de requerer que, junto com essas planilhas, viesse, para nossa análise, uma planilha com o quantitativo de professores ativos que recebem pelo FUNDEB (foi dito que são todos, mas vamos colocar em números) e também quantos professores se aposentaram, nesse período de janeiro a novembro de 2020, e quantos faleceram.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Ok, Deputada Lenir. Compreendido. Acredito que a secretária de educação fez as anotações necessárias. Eu gostaria então de devolver a palavra neste momento à secretária de educação, já com o questionamento que a senhora Albanira havia feito na sua fala. Na sequência, abrimos mais uma rodada de conversa com quem está na audiência. Secretária de educação.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** - Presidente. Gostaria de reforçar, mais uma vez, que vamos encaminhar ao senhor, à Presidência da

Comissão de Educação, toda a planilha com as sugestões repassadas pela Deputada Lenir, com o número de professores, aposentados e falecidos, mês a mês, para que os Senhores possam acompanhar, e também outras informações que julgarmos pertinente. *Com referência ao modelo dos gerenciais do FUNDEB, nós estamos vinculados à instrução normativa 02 de 2014, do Tribunal de Contas. Então, o modelo que nós preenchemos é aquele instruído por essa instrução normativa. Qualquer sugestão de alteração, de indicação para esse gerencial ficar mais claro, mais elucidado ou mais transparente, eu acredito que a documentação tenha que ser sugerida ou enviada ao Tribunal de Contas do Estado, que editou a instrução normativa 02 de 2014. E esse é o gerencial que a gente encaminha todo para o FUNDEB e para o Portal da Transparência. Com referência ao rateio do FUNDEB ou à forma como a professora Albanira fez a análise das contas, eu volto a dizer e a apresentar para os Senhores que a gente tem uma folha/mês com o FUNDEB em média de 32 a 35 milhões/mês. E essa folha sofre alterações conforme algumas situações que nós temos. A questão de pedidos de... datas de aniversário, de antecipação do décimo terceiro. Enfim, tudo isso, se analisado, está realmente descrito nos gerenciais do FUNDEB. Nós usamos, aplicamos e investimos muito mais do que os 60%. Então, se houvesse possibilidade de rateio, é claro que não seríamos nós da secretaria que iríamos negar. Nós estamos buscando garantir todos os direitos dos profissionais da educação, procurando sanar dívidas anteriores. A Deputada Lenir, assim como outros colegas e a Cheiliana, deixou bem claro que a gente atualizou a progressão dos nossos servidores, e essa progressão de atualização que entra na folha é (paga) com o FUNDEB. Porém, os retroativos já não saem mais do FUNDEB (inaudível). Então, estamos trabalhando para isso. Eu não vou aqui questionar o cálculo feito pela professora Albanira, porque a matemática está posta na planilha. Nós entendemos e compreendemos perfeitamente que uma planilha apresentada não é a mesma coisa, mas infelizmente eu estive em viagem, durante praticamente todo o final de semana, para o interior, além de outras situações. Mas nós encaminharemos amanhã as planilhas aos Senhores. E não temos como prometer e fazer rateio, porque não existe esse recurso disponível dentro dos 60%, isso está bem claro. Estamos trabalhando com nossa per capita dentro daquilo que é possível e garantindo principalmente o pagamento de todos os profissionais da educação dentro do mês, fazendo os remanejamentos ordenados pelo Governo do Estado de Roraima, para cumprir os pagamentos devidos a cada servidor, a cada profissional da educação. Remanejamentos estes feitos com muita transparência, com muito respeito ao recurso da educação, ao recurso da (inaudível). É por isso que quem já passou pela Secretaria de Educação ou a própria equipe que compõe hoje o Conselho do FUNDEB tem alertado (inaudível)(interrupção)*

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – (inaudível) A internet deve ter falhado.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – Nós precisamos (inaudível)(interrupção)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – (inaudível)

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – (inaudível) ter uma estratégia. Está me ouvindo, Presidente?

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Agora sim.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – ... que é preciso, e isso está no relatório de 2019 assinado pelo Conselho, que a Secretaria de Educação precisa, sim, fazer outra estratégia de lotação, de reorganização da sua rede, de distribuição de cargas horárias para os nossos professores, para que o FUNDEB possa cumprir aquilo que é devido sem que nenhum professor sofra algum impacto negativo do seu não pagamento em qualquer momento, nesta ou em qualquer outra gestão. Vamos fazer todos os levantamentos dos nossos servidores que lamentavelmente vieram a falecer com COVID ou não (tivemos outros falecimentos, não foi só de COVID, tivemos outras situações). Vamos apresentar qual foi o mês de falecimento e a partir de que mês essa folha passa a ser de responsabilidade do IPERR (para aposentados e inativos), que é o órgão responsável por isso. Também, Presidente, estaremos à disposição para, em outro momento, participar de audiência pública. Mas eu também gostaria de esclarecer, para acompanhamento dos Senhores, que, no dia 03 de novembro, foi publicada uma outra portaria interministerial (do gabinete do ministro) que altera os parâmetros operacionais do FUNDEB. A portaria anterior faz exatamente o cálculo do FUNDEB para a per capita para todos os estados e municípios. Essa última portaria aqui fez uma alteração nesse valor aluno, sendo que o nosso, a nossa per capita, é o mais alto do país. Hoje todos os estados, por essa portaria (inaudível)(interrupção).

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – (inaudível)

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – ... do dia 3 de dezembro, no dia 25, nós perdemos um valor de 8%, então há uma redução. E a própria portaria já diz o que vai acontecer, porque ela faz essa redução

retroativa a primeiro de janeiro de 2020, sendo que ela foi publicada no dia 25 de novembro; é a portaria interministerial 3, de 25 de novembro de 2020, que altera os parâmetros de composição dessa per capita e retroage a primeiro de janeiro de 2020. A mesma portaria já determina que o Banco do Brasil, no prazo de 30 dias, faça as alterações decorrentes dessa diminuição de valor nesses últimos meses, em que houve uma menor de 8% na per capita do estado de Roraima, assim como outros Estados também tiveram a redução de sua per capita/aluno.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Ok. Agradeço sua resposta, secretária. Vamos fazer o seguinte: vou passar agora (interrupção)

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – Estamos à disposição, Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Vou abrir o canal de comunicação com os demais que se encontram nesta audiência pública. Lembrando que estamos ao vivo, pela TV Assembleia, canal 57.3, pelo Facebook e Youtube da Assembleia Legislativa. Agora vamos destinar 3 minutos para questionamento e 3 minutos para resposta, para que possamos ter mais pessoas podendo participar desta audiência pública. (interrupção) (inaudível)

O Senhor **Professor Reginaldo Carvalho** – (inaudível) Gostaria de me manifestar

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Pois não.

O Senhor **Professor Reginaldo Carvalho** – Gostaria de fazer um questionamento.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Para que os demais possam saber quem está falando, eu gostaria que você se identificasse e também dissesse se representa algum movimento, para que a gente possa fazer o registro em ata. Por favor, Reginaldo.

O Senhor **Professor Reginaldo Carvalho** – Correto. Professor Reginaldo Carvalho; represento o MOTE, Movimento Organizado dos Trabalhadores em Educação. Em primeiro lugar, quero agradecer aos professores que estão empenhados nessa luta para elucidar as questões do orçamento público da educação estadual. Fico muito preocupado que só tenha ocorrido agora, no final do ano de 2020, já na gestão do atual governo. E lamentar o fato de que diretores do próprio sindicato se posicionem hoje contrários à utilização de 100% dos recursos do FUNDEB para a folha de pagamento de profissionais em educação, os professores, porque não há nada mais seguro em termos de investimento em educação que investir em salário e valorização de professor. O que muito mais me preocupa não é em si o FUNDEB. Porque hoje o FUNDEB constitui 42% do orçamento estadual da educação, que é de 917 milhões. Então, fora os recursos do FUNDEB, existe também para investir na manutenção de desenvolvimento do ensino, um valor 530 milhões de reais, ou seja, nossas escolas deveriam ser as melhores do país, com certeza, em termos de infraestrutura. Infelizmente, esse dinheiro não está chegando nas escolas. E por que não está chegando? Para mim, o grande problema da educação pública reside aqui, porque a educação tem sofrido uma precariedade gigantesca em função da falta total de qualquer aparato para que as pessoas possam trabalhar nas escolas. Mas quando analisamos as planilhas e os gerenciais, que hoje, de fato, estão mais transparentes, fiquei até impressionado com algumas informações que obtive. Por exemplo, por que, em dezembro do ano passado, o orçamento da Secretaria de Educação gastou mais de 6 milhões e 552 mil com material odontológico – isso em dezembro de 2019. Eu nunca tive notícia, desde de 2008, que eu comecei a trabalhar nesse Estado, de que sequer um único aluno tenha tido uma cárie dentária tratada através de recursos da Secretaria de Educação. Imaginem para consumir um montante desse. (inaudível) um valor absurdo também empregado em material esportivo, quando nas escolas há total escassez até de pincel para podermos escrever no quadro para lecionar aos alunos. Investimentos em formação de professores previstos aqui, 7 milhões e 662 mil em dezembro de 2019. Para 2020, tem uma dotação orçamentária de 8 milhões e 992 mil em formação de professores. Então, assim, são esses recursos que precisam ser discutidos, porque eles constituem o maior volume. Eu lamento que a audiência pública esteja muito limitada à questão do FUNDEB. E com certeza há sobras nesses recursos porque a aplicação é obscura. A professora Albanira fez um cálculo aí simples, mas dá para se chegar a uma conclusão bem rápido. Mas o percentual destinado... os 58% do orçamento da educação, restantes, estão sendo aplicados sem nenhum critério e não estão chegando às escolas. Por que uma única empresa hoje, a (inaudível), recebe todos os recursos do PNAE, em um momento com este, em que as merendas não estão chegando às escolas? Sabemos que a lei autoriza investimento na agricultura familiar, mas isso com a perspectiva de o produto, a alimentação em si, chegar aos estabelecimentos (inaudível) – coisa que não está ocorrendo. Por que as empresas de transporte estão recebendo regularmente milhões e milhões, de março até agora, dezembro, sem transportar um único aluno? São esses questionamentos que eu coloco

para a secretária. Sei que estão fora da pauta, mas acho extremamente relevante abordar aqui porque, como cidadãos e professores sobretudo, nós sofremos fortemente o impacto da escassez de recursos em nossas escolas. Obrigado.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Concluído, Reginaldo. Obrigado. E antes passar a palavra à secretária, chega também, pelas redes sociais aqui da Assembleia, o seguinte questionamento: “Segundo o FIPLAN, Sistema de Contabilidade Público do Governo, os gastos com professores no ano de 2019 chegaram a 64%. Como a secretária afirma que gastou 100% em 2019? Os dados de 2020 não estão disponíveis.” Então, juntamente com o questionamento do professor Reginaldo, também já antecipo esse questionamento. Com a palavra por até 3 minutos para responder, a secretária ou seu Corpo Técnico.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – Presidente. Mais uma vez, eu gostaria de esclarecer que o resíduo do FUNDEB é dentro do percentual de 60%, e nós ultrapassamos o percentual mínimo de 60% para o pagamento dos profissionais da educação. Com referência aos demais gastos (nós podemos encaminhar a planilha também para o senhor, sem problema nenhum), os gastos do PNAE, os gastos do PNATE – todos os nossos gastos, temos como comprovar com evidências, relatórios com registros e assinaturas, para onde estão indo esses gastos. Com referência às demais solicitações do senhor Reginaldo, o senhor pode entrar com um pedido oficialmente, que nós vamos encaminhar para o senhor a comprovação de que nós não compramos material odontológico em 2019. Nós só estamos trabalhando com investimento na educação. Todos os nossos investimentos estão disponíveis e publicados, na quebra de ordem cronológica, no FIPLAN, e material odontológico nós não compramos. Nós compramos, em 2019, mobiliários para as escolas, e estamos fazendo a distribuição desses mobiliários. Então, acredito que tenha algum equívoco na fonte de pagamento ou nome da empresa. Nós não fizemos qualquer pagamento. Voltamos a afirmar que as planilhas são descritivas, de acordo com os comprovantes bancários que temos, e que isto também é de transparência pública, de acordo com o Portal da Transparência: o que nós pagamos, como nós pagamos, em relação a todos os profissionais. Então, acredito que todas as nossas informações serão e deverão ser analisadas com muito critério (é o que nós queremos mesmo), exatamente para dirimir qualquer conflito ou ruído de informação dos meios da sociedade. Estamos trabalhando, Presidente. Hoje nós já temos 14 escolas completamente revitalizadas, e isso é investimento em educação. Escolas essas que estavam há anos sem nenhuma reforma ou revitalização. Estamos trabalhando em outras 6 escolas que serão entregues à sociedade, escolas que estavam há 30 anos sem nenhuma tinta na parede. Então, isso é investimento em educação. Estamos aplicando corretamente todos os recursos MTI, o que não é pauta aqui, mas também podemos encaminhar ao senhor, Presidente, todos os nossos descritivos do programa das escolas MTI, que é um programa federal. E nós estamos completamente trabalhando com muita transparência, dando publicidade dos nossos atos, das formas de pagamento e de todas as aquisições que são feitas para o investimento em educação. Estamos trabalhando com investimento nos materiais das escolas de pequeno porte, que é o recurso do programa federal, e conseguimos fazer todas as licitações em março. Não encaminhamos para as escolas, porque as escolas estão em atividade remota, e nós encaminhamos papel, encaminhamos máquina... Então, assim, esse é um trabalho ao qual nós estamos dando e daremos publicidade, esclarecendo os documentos que possam comprovar as evidências, toda a aplicação de recurso público. Agora o Serginho tem uma outra informação aqui da planilha, que é o mês de novembro.

O Senhor **Serginho (Corpo Técnico)** – Com relação aos valores que foram apresentados, como sendo de base, (*inaudível*) a secretária mostrou que há uma flutuação dentro dessa folha mensal. Nossa folha mensal do FUNDEB gira em torno de 35 milhões. Como a gente apresentou nesses números anteriores aí, eles vão variando de mês a mês. Volto a lembrar que essa planilha que estamos apresentando diz respeito aos valores liquidados dentro do ciclo mensal, ou seja, vocês podem verificar que às vezes um mês tem um valor a menor e, no mês seguinte, (*inaudível*) tem uma média, você vai chegar ao mesmo valor das médias anteriores, com exceção de dois meses. Pode colocar (*inaudível*). Aí vamos mostrar que, em dois meses, nós tivemos uma diferença (*inaudível*) em relação a esses valores apresentados. Isso (*inaudível*). A gente vai verificar que, no mês de abril e no mês de novembro, tivemos valores diferenciados. Por que esses valores estão aparecendo aí para os Senhores de forma diferenciada? No mês de abril, tivemos o pagamento da primeira parcela da gratificação natalina, que foi antecipada. Então, como vocês podem ver (*inaudível*), o valor da nossa folha não é de 32 milhões; ele gira na média de 35 milhões. Por exemplo, os colegas que têm acesso ao sistema FIPLAN, que entra no instrumento de execução contábil da nossa despesa, poderão verificar que a

disponibilidade orçamentária do FUNDEB é na ordem de 428 milhões. Foi isso que a gente tentou mostrar, que, por exemplo, se fôssemos (*inaudível*) a folha do FUNDEB, na sua totalidade, dentro do FUNDEB (*inaudível*), não teríamos realizado o pagamento dos profissionais dentro das escolas em dia, porque aquele repasse mensal que foi ocorrendo não foi suficiente. Para que fique claro, por exemplo, no mês de novembro, como vocês podem ver aí, a folha do FUNDEB foi de 45 milhões de reais. Então, aquele 35 é o valor médio mensal. E por que ela foi tão alta assim? Dez milhões a mais. Para quem não é da educação, que não está acompanhando e não tem ciência – no mês de novembro, a Secretaria de Educação realiza o pagamento das férias dos professores, e nós, da Secretaria de Educação, temos ainda uma outra realidade, temos ainda um terço de férias sobre os 15 dias, totalizando 45 dias de férias. Então, o impacto financeiro disso é bem maior, por exemplo, em termos dos nossos meses anteriores. Quando dizemos valor médio, estamos trabalhando nesses valores mês a mês. O fato é que, como nós apresentamos e foi apresentado, com relação ao próprio sindicato, que, nos últimos anos, tem acompanhado dentro do Conselho do FUNDEB, tem recebido esses diferenciais e acompanhado, o que se verifica é que temos um orçamento disponível para a Secretaria Estadual de Educação que não está cobrindo sua totalidade, da sua folha de pessoal. Nesse ano de 2020, por exemplo, o orçamento de educação é de 428 milhões; na verdade era – como a secretária já mencionou, nós já tivemos uma redução de 8%, de acordo com uma portaria do governo federal, que vale para todos os estados e municípios, do teto base, ou seja, o valor base mínimo para a contabilização, para a distribuição dos recursos será reduzido (*inaudível*) parcelas (*inaudível*). Então, os meses de novembro e dezembro, que estávamos vivendo quando da época da publicação do documento, terão essas referidas reduções. Então muito provavelmente, e aí a gente pode até verificar, por exemplo, na nossa receita... A nossa receita vai de 386 milhões. Estão conseguindo identificar ali na coluna azul, Deputado? Trezentos e oitenta e seis milhões a nossa receita. O valor estimado é de 428 milhões de reais. Então, por exemplo, dentro dessa previsão (*inaudível*) faltando apenas um mês, há uma possibilidade de que nem esses 428 milhões se materializem. Por isso, nós estamos querendo deixar claro que não é da nossa vontade, ninguém está dizendo: “Nós queremos gastar 100% do FUNDEB com o pessoal”. Se houve essa compreensão, não foi a nossa intenção em hipótese alguma. O ideal era que a gente mantivesse, como se vê em exercícios anteriores, que os recursos do FUNDEB, como diz a lei, fossem empregados 60% com remuneração do Magistério e, os outros 40%, com investimento nas necessidades das escolas (*interrupção*).

A Senhora **Professora Leila Perussolo** - Foi até 2016, né?

O Senhor **Serginho (Corpo Técnico)** – Até 2017, a gente ainda vinha mantendo o pagamento (*inaudível*) duas unidades. No ano de 2019 pontualmente, quando a gente verificou que nossa disponibilidade orçamentária ficaria restrita a essa questão de pagamento... O que a gente precisa entender quando se vai verificar... Coloca as anteriores. Quando for verificar lá dentro do FIPLAN, Deputado, verificar que essa distribuição lá... (*inaudível*) Dentro da administração pública, nós trabalhamos com as POES, que são Projetos, Ações e Atividades orçamentárias. Estamos apresentando aqui para os Senhores as quatro principais execuções dessas POES. Então, dos 60%, que estaria aqui no quadro, a gente vem verificando que algumas pessoas estão questionando: “Mas como assim, (*inaudível*) verificando isso?”. Se você pegar, por exemplo, só com profissionais lotados em escolas de ensino fundamental, foi na ordem de 270 milhões. Esse é o valor que foi liquidado dessas despesas: 270 milhões de reais para professores de ensino fundamental. Para professores de escolas de ensino médio, 118 milhões. Então, o total de remuneração dos professores... estamos falando dos 60%, e aí estão incluídas todas as despesas referentes a professores efetivos, temporários, foi de 388 milhões, o que a gente demonstrou anteriormente. O que, por si só, já é 100% das receitas efetivas do FUNDEB, que são da ordem de 386, como a gente mostrou. Os outros, que a gente chama de 40% [no nosso caso, é menor que 50%, porque a gente está empregando (*inaudível*)], é que totalizam esses 22 milhões. Então, quando for verificar, (*há que*) se atentar para não separar o que é fundamental e o que é médio, porque os 60% dizem respeito ao fundamental e médio, e é isso que a gente quer demonstrar aqui. A lei garante disponibilidade do resíduo do FUNDEB quando não há o atingimento dos 60% mínimos, que, estamos mostrando, no nosso caso, estamos bem acima, como mostrado já pelo próprio sindicato, pelos representantes do Conselho do FUNDEB. Há alguns anos, esse valor já era superior a 60. Então, como a gente só gastava com folha, não houve redução disso, permanece a mesma realidade de anos anteriores.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Ok. Obrigado, Serginho. Eu gostaria então de abrir aqui, mais uma vez, o canal de comunicação. Dessa vez, gostaria de passar a palavra para a professora Cirdene Santana, que está aqui, nesta audiência pública, na condição de

servidora pública municipal, e eles também têm essa luta pelo rateio do FUNDEB pela prefeitura. Ela gostaria de se manifestar. Professora Cirdene, pelo tempo de até 3 minutos, a palavra é sua.

A Senhora **Professora Cirdene Santana** – Boa tarde, Deputado Evangelista. Boa tarde a todos os nossos colegas professores do Estado e do município que estão acompanhando. Boa tarde a todas as autoridades que estão aqui hoje nesta audiência. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Comissão, claro que provocada pelo Sindicato e pela sociedade, mas a iniciativa de ter tomado a frente desta audiência, ter provocado esta audiência, porque nem isso sequer nós tivemos a oportunidade de ter no município. Na Câmara Municipal, nós não temos essa abertura, infelizmente, aí a gente acaba ficando então sem condições sequer de ter essas informações que vocês, os (*servidores*) estaduais, estão tendo aqui. Ainda que precariamente, ainda que de maneira... estou acompanhado aqui pelo chat, muitos não se sentem contemplados, mas pelo menos tem um debate, e a secretária está aqui para tentar esclarecer algumas coisas. Nós, (*servidores*) municipais, estamos passando pelos mesmos questionamentos, mesma luta dos (*servidores*) estaduais, questionando esse uso do FUNDEB. Nesse ano de 2020... quero deixar claro que o recurso é gasto no ano, durante o ano. Eu estou vendo algumas planilhas de 2019, mas quero questionar 2020. Quando a secretária fala que é somente dentro dos 60%, a lei 11.494 do FUNDEB fala que tem que ser no mínimo os 60% gastos com recursos humanos, gastos com pagamento. Ou seja, se sobrou dos 40%, eles podem muito bem transferir esses 5% para o ano vem, para serem gastos no primeiro trimestre como garantia, como saldo, mas o restante pode entrar em rateio, sim. Vamos analisar melhor essa questão da matemática aí dentro do rateio do FUNDEB. Resíduo é resíduo, ele tem que ser rateado entre os profissionais da educação. E aí, nós temos alguns questionamentos a respeito do município de Boa Vista que nos deixam abismados com os valores que têm sido gastos neste ano de 2020. Para vocês terem uma ideia, estamos com as escolas fechadas, estamos sem aula desde o dia 16 de março. Ainda assim, estamos continuando e estamos acompanhando no Portal da Transparência do município [se você quiser entrar lá no Portal da Transparência (*inaudível*) FUNDEB]. Continuamos tendo locação de veículos com 3 milhões. Continuamos tendo programas pagos, por exemplo, como (*inaudível*) 3 milhões, onde é previsto 2 milhões e meio para material e meio milhão para a formação, que não houve formação. Aquisição de materiais e centrais de ar são gastos exorbitantes – 1 milhão e meio aproximadamente. Aquisição de grama: 1 milhão e 200 mil. Eu gostaria de colocar esses números aqui para vocês terem uma ideia de que estamos analisando, sim, os gastos que estão sendo feitos para o recurso do FUNDEB em um ano atípico, um ano em que a economia parou, um ano em que tudo parou para que gente pudesse se reorganizar enquanto saúde, enquanto sociedade, cuidando dessa parte, e não simplesmente gastando, metendo a mão no bolso do trabalhador como está sendo aqui com esse gasto do FUNDEB. E esgotamento de fossa: quase meio milhão. Esse é um levantamento muito simples que eu fiz, uma planilha bem simples que eu fiz dentro do que tem no Portal da Transparência. Nós vamos ter uma estimativa de 210 milhões, entrando no recurso do FUNDEB para o município de Boa Vista, até dezembro. E aí, a gente gostaria de ter esse posicionamento da prefeita, que, até o momento, não se posicionou, diferentemente do governador, que já disse que não tem, e da secretária, que disse que não existe resíduo. A prefeita ainda não nos falou, porque ela simplesmente não vai subestimar a inteligência do professor municipal, porque, se ela fizer isso, vai ter que partir para outras questões mais pontuais, porque a gente não depende do sindicato para fazer o movimento, a gente não depende de uma explicação com uma planilha dessa que, para mim, é absurdo fazer uma prestação de contas com professores, com intelectuais, com deputados, com quem está assistindo, com quem está acompanhando, trazer uma planilha simples dessa, simplificada desta forma e dizer que não tem, que já 100% foi gasto do FUNDEB. É um dinheiro público, é um recurso federal, que sai do nosso bolso, dos nossos impostos todos os anos. Então, fica aqui também o meu repúdio, tanto ao Estado quanto ao município. E (*quero*) dizer que não iremos nos calar. Amanhã pela manhã, Deputado, estaremos em frente à SMEC, Secretaria de Educação do Município, fazendo um movimento novamente, já fizemos vigília, já fizemos vários movimentos, já estou encerrando, mas nós também vamos cobrar da Câmara Municipal, da Comissão de Educação, para questionar essas mesmas providências, de uma audiência pública, coisa que eu acho, inclusive, que nem vai acontecer, porque acho muito difícil a secretária de educação municipal me prestar contas (*inaudível*), no caso como está aqui a professora Leila. Obrigada pela oportunidade, Deputado.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigado, professora Cirdene. Alguém mais deseja se manifestar?

O Senhor **Professor Círio Ricardo** - Presidente? Professor Círio Ricardo

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Professor Círio Ricardo, pelo tempo de até 3 minutos.

O Senhor **Professor Círio Ricardo** – Ok. Bom, primeiramente gostaria de agradecer a iniciativa da Assembleia, até porque nós, professores, estávamos aguardando este momento. É um momento em que estamos vivenciando um ano atípico, em que o professor gastou com internet, celular, energia; fez da sua casa um centro de mídias. Nossos aparelhos celulares foram todos sobrecarregados com várias atividades através desse ensino remoto, triplicamos também nossas horas de trabalho e, por isso, acreditamos que neste ano não houve gastos como nos anos anteriores. Todavia, a secretária de educação argumenta que a folha... o FUNDEB, está sendo 100% usado com a folha de pagamento. O que me causa estranheza, Presidente, é que nós (eu represento a Comissão do rateio, que exige o rateio do FUNDEB), nós ficamos aguardando a planilha de forma detalhada para que pudéssemos fazer um estudo mais detalhado do caso. O senhor mesmo afirmou que essas planilhas não chegaram até o senhor. A secretária apresenta no Power Point uma planilha que não me convence. Me desculpe secretária, mas a senhora não apresenta o quantitativo de professores, não apresenta os professores que foram aposentados, não apresenta o quantitativo de professores do contrato temporário, que tiveram seus contratos rescindidos durante a pandemia, que nós sabemos disso. A senhora não apresenta, inclusive, os professores que morreram durante a pandemia, vítimas da COVID-19. Então são números que, a meu ver, prejudicam esta audiência pública e não convencem ninguém. Então, assim como em muitas falas aqui, eu gostaria de obter essas planilhas, para que eu pudesse fazer um parecer em cima dessa discussão, porque... Inclusive, eu gostaria de perguntar (acho que já foi perguntado para a secretária de educação, mas não obtivemos resposta): por que os dados de 2020 não se encontram no FIPLAN? Por que nós só temos os dados de 2019? Esses quantitativos de gastos com os professores do ensino fundamental, do Magistério, e também do ensino médio. Então, esse momento de fala, eu utilizo, inclusive, para me contrapor a essa fala da secretária, de que está sendo feito tudo de forma transparente, mas, na verdade, não está. Nós temos que nos debruçar sobre esses números e, para isso, precisamos saber o quantitativo de professores que existem no Estado, o quantitativo de professores que foram aposentados, e tudo o que foi dito aqui por mim anteriormente. Então, eu vou estar aguardando, como membro da comissão que exige o pagamento desse rateio. Eu também me sinto convencido no momento de que não há essa transparência e de que realmente existe sobre o FUNDEB para os professores estaduais. Obrigado, Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigado, Professor Círio Ricardo. Só para deixar claro mais uma vez, assim que a secretária de educação disponibilizar as planilhas com os dados que já foram solicitados aqui, inclusive, pelos deputados... A Deputada Lenir inclusive coloca aqui: “insisto em ter os dados em mãos para uma melhor análise, sobretudo com situações fácticas, como professores que faleceram, professores que estão na ativa, professores aposentados”. A secretária de educação vai nos disponibilizar essas planilhas. Assim que chegarem a esta Presidência, eu vou disponibilizar ao sindicato, ao MOTE. Vamos disponibilizar a quem desejar. A Comissão de Educação, depois de a análise feita de forma individual por cada grupo, vai chamar todo mundo para que possamos confrontar esses dados enquanto Comissão e ter um entendimento melhor dessas planilhas a partir da discussão que for feita em cada grupo, seja ele sindicato ou os demais que estão participando desta audiência pública. Eu remeto a palavra agora à secretária de educação, para responder o questionamento do professor Círio Ricardo, pelo tempo de até 3 minutos.

A Senhora **Professora Albanira Cordeiro** – Senhor Presidente? Posso fazer um esclarecimento para já seguir para a secretária?

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Por favor, professora Albanira.

A Senhora **Professora Albanira Cordeiro** – Olhe, quando fiz a conta, eu fui em cima do que ela apresentou. Então, se somar [claro que por aproximação, porque (*inaudível*) gerencial faz uma soma, uma aproximação um pouco até grosseira]... Mas somando tudo que foi de folha, que ela gastou, dá 388 milhões aproximadamente. Se é 510 a receita, ainda sobram mais de 120 milhões para este mês. Pela proporção em que está mostrando a folha, não vai passar de 60 milhões, ou seja, fica um resíduo aí de 60 milhões, dentro do que ela apresentou. Vamos deixar bem claro isso. Só esse esclarecimento que eu queria fazer. Obrigado, Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Professora Leila ou técnicos da Secretaria. A palavra, pelo tempo de até 3 minutos.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – Obrigada, Presidente. Eu gostaria de mais uma vez, Presidente, dizer ao senhor que nós vamos enviar os dados solicitados. Eu gostaria de deixar bem claro ao professor Círio Ricardo que os dados solicitados pela Presidência da Câmara de

Educação foram um relatório detalhado sobre o valor global do FUNDEB recebido e os gastos do referido FUNDEB até a presente data. Somente hoje nesta audiência, a partir da fala da Deputada Lenir, que eu estou anotando aqui os professores ativos, aposentados, falecidos – o quantitativo de professores que nós temos. Então, não foi apresentado sem deixar de cumprir o que me foi solicitado pela Presidência, e nós fizemos a receita detalhada mês a mês, o investimento mês a mês, detalhado com os dados oficiais que são do FIPLAN. O FIPLAN, professor Círio Ricardo, não é da gestão da Secretaria de Educação; nós alimentamos o FIPLAN com as nossas informações. Creio que o senhor saiba disso. E qualquer pessoa pode solicitar à Casa Civil, já que é um gerenciamento do Governo do Estado de Roraima, a autorização para ter uma senha de uso do FIPLAN, para verificação detalhada. Então, a Secretaria de Educação alimenta o FIPLAN e tira as informações de lá; eu não gerencio o FIPLAN. Todos os nossos dados são postados pelo FIPLAN, que é a forma de transparência e funcionalidade do orçamento financeiro do Estado. Mais uma vez, vou reforçar aqui Presidente, com muita clareza, com muita transparência, com muita tranquilidade, que a nossa gestão não trabalha com maquiagem dos nossos dados, das nossas informações, muito pelo contrário. Temos trabalhado, dado publicidade aos nossos dados, das nossas escolas, dos nossos professores. É por isso que, quando a gente trabalha a lotação dos professores, pedindo, orientando que os professores que estão fora de sala de aula voltem para a sala de aula, exatamente apresentando esses dados que nós temos com referência a pagamento de pessoal. Então, todas as informações que me foram solicitadas serão repassadas ao Presidente e depois, em um outro momento, podemos voltar, teremos o maior prazer de voltar para uma nova audiência com todos os senhores, com a análise das planilhas, com os questionamentos pertinentes, sem nenhum problema. Com referência ao questionamento da planilha do FUNDEB, vou voltar a dizer, a nossa receita, dentro do percentual dos 60% até novembro... o demonstrativo da nossa receita (*inaudível*). A nossa receita é de 386 milhões; ela não é de 587 milhões, como afirmou agora há pouco a professora Albanira. Aqui está demonstrando exatamente a composição do FUNDEB, o que é efetivo do Estado e o que é distribuído aos municípios, que pela lei, regulamentação do FUNDEB, se chama de perda do FUNDEB. Então há um equívoco, mais uma vez, no entendimento, na interpretação do valor que se destina ao FUNDEB Estadual. (*inaudível*)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – (*inaudível*) Secretária.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** - (*inaudível*) feito pelos dados do Censo.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Secretária. Antes de passar a palavra para a próxima pessoa que deseja perguntar, nos chega aqui um questionamento pela rede social, que diz o seguinte, do professor Mizaque Antone: “Presidente, pergunte da secretária como fica a real situação dos professores indígenas”. Juntamente com a pergunta do professor Mizaque, eu pergunto para senhora: qual previsão a Secretaria tem para o envio dessas planilhas a esta Comissão?

A Senhora **Professora Leila Perussolo** - Presidente, na segunda-feira estará com o senhor. Nós temos dois eventos amanhã. Na segunda-feira, estaremos protocolando o que está pedido no seu ofício, mais as indicações da deputada Lenir com os quantitativos de professores ativos, aposentados e falecidos. Segunda-feira sem falta, viu, Presidente. Fique tranquilo, que será entregue.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigado, secretária. Com relação ao questionamento Professor Mizaque, em relação à atual situação dos professores indígenas.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** - Bom. Eu penso que o professor Mizaque está falando com referência a concurso público para o magistério indígena e não indígena. Nós temos os professores selecionados. O processo selecionado foi feito por 1 ano, prorrogado por mais um ano. Então, nós estamos encerrando todos os contratos indígenas e não indígenas até o dia 30. Vamos lançar o próximo seletivo na próxima semana. Os dois concursos, os dois processos de concurso público estão em andamento de formas separadas. Nós pedimos para separar o concurso público da carreira do magistério não indígena daquela do indígena, em razão das especificidades e necessidades que são bem diferentes, logística bem diferente, e nós separamos. O processo do concurso público não indígena, a parte administrativa já foi toda realizada e, há 20 dias, houve o empate entre duas empresas que apresentaram proposta. Nós lançamos o edital de convocação para a seleção pública da empresa, mas houve uma impugnação. Nós respondemos e acatamos a impugnação; respondemos à impugnação. Lançamos a convocatória para o dia 16 de dezembro – é um ato público, já está inclusive no Diário Oficial. As duas empresas que estão com empate, vamos fazer o processo de sorteio público para desempatar. O processo do concurso público indígena demorou muito mais para a

gente conseguir alinhar com as lideranças indígenas, com a professora Edith trazendo as demandas, pensando nas especificidades dos povos indígenas. Então, a gente está agora em uma fase de análise das propostas, das empresas que apresentaram propostas. Então, um está em uma fase adiantada, que é o não indígena – dia 16 (é um ato público), será aqui na Secretaria de Educação, às 15 horas, que é o ato público (nós convidamos inclusive algumas instituições a se fazerem presentes neste ato público). E o concurso indígena ainda está na fase interna, que é a análise das empresas que apresentaram proposta. Ai, vamos lançar, Presidente, o edital para o novo processo. O seletivo, como o tempo dele pode ser prorrogado uma única vez pelo mesmo período, que foi de 1 ano, a gente não pôde seguir com a prorrogação.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Ok, secretária. Gostaria agora de remeter à plenária. Alguém mais deseja fazer uma interpeleção, gostaria de se manifestar nesse momento?

O Senhor **Professor Reginaldo** - Eu novamente queria só pedir um esclarecimento sobre o que eu falei ainda agora a respeito da resposta da secretária. Está aberto o espaço?

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Por favor, professor Reginaldo.

O Senhor **Professor Reginaldo** – Obrigado, Deputado. É o seguinte: (*inaudível*) alguns dados, esses dados foram extraídos aqui da FIPLAN, do Portal da Transparência; estão disponíveis publicamente. E a secretária afirmou que a FIPLAN não tem nenhuma responsabilidade pelos dados inseridos, a não ser a inserção dos dados, mas as informações são prestadas pela Secretaria de Educação a respeito das despesas que são executadas. Então, aqui... receitas e despesas – execução orçamentária (*inaudível*) está bem claro aqui: material odontológico, material de consumo. Se a Secretaria de Educação está prestando informações erradas à FIPLAN, então já está havendo obscuridade no fornecimento desses dados, por isso que dificulta na hora do debate a respeito do assunto. Eu gostaria também que a secretária respondesse... por exemplo, empresas de transporte, como FC Transportes Ltda, que já teve, de setembro para cá... olha, tem uma liquidação aqui de 10 de novembro de 2020, no valor de 294 mil e 669. Uma única empresa de transportes, recebeu esse valor em 10 de novembro. Brink Mobil Indústria e Comércio de Brinquedos foi paga – está aqui a despesa liquidada, no valor de 573 mil e 171 reais. E outras empresas mais, que são tantas, infinitas, e que não existe justificativa para esse tipo de liquidação de despesa porque esses produtos e serviços não foram fornecidos e, se não foram fornecidos, não podem ser pagos. Ai incorre a improbidade administrativa do gestor público, pagar por um produto que não foi fornecido.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Passo a palavra para a professora Edinalva. A secretária vai anotando os questionamentos e, em seguida, a gente remete a você. Professora Edinalva, pelo tempo de até 3 minutos. Vamos ativar seu microfone... (*inaudível*)

A Senhora **Professora Edinalva** – Ativei. Obrigada, Presidente. Na oportunidade, eu quero agradecer aqui ao Presidente da Assembleia Legislativa por esta iniciativa, desta audiência pública que, de fato, é de suma importância para todos os servidores da educação do Estado de Roraima. Também, a nossa secretária de educação, quero agradecer aqui, apesar de algumas falhas que a gente observa durante a explanação nesta audiência pública que, infelizmente, vai nos deixar ainda mais ociosos. Me desculpe, mas é plena realidade. E quero também cumprimentar os demais que estão aqui presentes nesta audiência pública, como os Senhores e Senhoras Deputadas e os trabalhadores em educação aqui do Estado de Roraima. A minha colocação aqui, Presidente, vai diretamente para a nossa secretária de educação. Eu sou a professora Edinalva, componente do grupo do MOTE, que está em defesa dos direitos dos trabalhadores em educação do estado de Roraima. E meu ponto-chave aqui, secretária, que eu quero lhe questionar é com relação à disponibilidade dos recursos tecnológicos a todos os professores que estão diretamente em atendimento aos nossos alunos nesta fase de pandemia. A senhora é ciente de que, desde quando iniciou-se o período de atividades remotas, os professores, coordenadores e orientadores educacionais – essas três áreas de profissionais do nosso Estado, da educação do nosso Estado, estão diretamente em atendimento na rede pública do Estado. E o que se observa, secretária, é que, desde então, nenhum deles teve suporte da Secretaria de Educação para a disponibilidade de recursos tecnológicos para que esses profissionais, secretária, de fato viessem a desenvolver o seu trabalho, não só com eficiência, mas também com qualidade. E a minha pergunta fica aqui para a senhora: o que a Secretaria de Educação tem pensado ou tem buscado agilizar nesse processo de disponibilizar os recursos adequados para essas três áreas de profissionais continuarem atendendo os nossos alunos da rede pública com atendimento remoto, visto que amanhã será o nosso último dia de atendimento a esses alunos, entre aspas, porque iremos continuar

fazendo esse trabalho até findar esses relatórios, para que sejam prestadas contas à Secretaria de Educação do nosso trabalho durante essas atividades remotas. Estou aguardando sua resposta. Eu agradeço, Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigado, professora Edinalva. Com a palavra, a Secretária de Educação ou seus técnicos.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – Obrigada, Presidente. Eu gostaria de, mais uma vez, Presidente, esclarecer. Acho que está tendo algum equívoco. Com referência ao FIPLAN, os dados são alimentados pela SEED; o gerenciamento da plataforma não é da SEED; a alimentação dos dados (*inaudível*) naquilo que compete, sim. Falta transporte escolar, queria deixar bem claro, que o próprio FNTE flexibilizou o uso do transporte escolar para auxiliar no apoio das atividades remotas. E para quem não conhece a realidade do Estado e principalmente das escolas indígenas, 100% hoje das nossas escolas indígenas, as atividades remotas são elaboradas, realizadas por meio de apostilas. As apostilas são produzidas, e nós estamos trabalhando com o transporte escolar, com a flexibilização, em portaria do Ministério da Educação, para esse uso. E se comparar o que a gente paga de transporte escolar quando é um ano corrente, dentro da normalidade, pela quantidade de rotas que nós temos, só rotas, nós trabalhamos com quase 500 rotas (de quilometragem, eu não sei mensurar agora), mas em quantidade de rotas, só no município de Uiramutã, para atendermos, quando é aluno, nós trabalhamos com picapes, são carros picapes, onde nós carregamos no máximo 4 crianças e não é na carroceria, é dentro. Dentro da nossa flexibilização, Presidente, também posso encaminhar para o senhor, pelo princípio da transparência, toda a nossa resolução de atividades remotas, que já tínhamos encaminhado anteriormente. A portaria que flexibilizou, que tem todo o respaldo do Ministério da Educação, flexibilizando o transporte escolar, é para a entrega das apostilas e quantas vezes por semana as escolas dispõem de transporte para que as nossas apostilas possam ser levadas e buscadas 100% nas comunidades indígenas e uso também na zona rural, e os alunos que moram em zona rural e estudam em Boa Vista, que, do processo regular de aula sem pandemia, o transporte busca na zona rural e traz para Boa Vista. Hoje, o transporte pega o material desses alunos e leva para a zona rural, área rural. Com referência aos recursos tecnológicos, professora Edinalva, nós entendemos e compreendemos a sua angústia, mas dentro da administração pública, o tempo para aquisição de bens de serviço e de materiais nem sempre é o tempo que nós gostaríamos ou que nós desejamos. Nós estamos trabalhando em uma licitação, e as nossas licitações, isso é normal no Estado, pelo menos aparentemente normal, a gente passa praticamente trabalhando por recursos, com interposição de recursos. Cada vez que tem um recurso, a gente tem um prazo dentro da 866 (a lei de licitações) para resposta, para interposição, para republicar edital. Estamos com um processo licitatório para a conectividade, para a internet patrocinada, que é a conectividade para professor e para aluno. É claro que a senhora pode estar pensando: “secretária, a pandemia começou em abril, quando nós retornamos às aulas, nós paramos no dia 16”. E nós iniciamos o nosso processo licitatório recorrendo a todas as instituições, buscando editais, compreendo o que estava acontecendo desde o início da pandemia. Estamos cumprindo toda a legalidade da lei, da lei de licitações, respondendo, dando os prazos processuais que devem ser seguidos. Esperamos fechar essa licitação até fevereiro, porque sabemos que, ou retornando presencialmente (e estamos longe disso) ou retornando das aulas remotas, vamos precisar ainda de uma série de procedimentos, de distanciamento, diminuição de alunos por dia, por horário, por turno, e é essa conectividade que vai dá suporte aos professores e alunos. Ela é uma internet patrocinada. Cada vez que o professor postar na plataforma (que também estamos adquirindo junto com essa internet), cada vez que o professor posta material, que o aluno responde ou encaminha para o professor ou faz aulas diretamente, ela será suportada pelo Governo do Estado – aí sai realmente do peso das famílias. Com referência à preocupação da senhora com recursos tecnológicos, ou seja, disponibilizar, se esta é a ideia, nesse momento, para os nossos professores, notebooks, computadores para os nossos alunos, nós não temos esse suporte financeiro, professora, para fazer isso. Nenhum Estado estava preparado para uma pandemia, nenhuma educação, e Roraima não estava preparada como nenhum outro Estado. Mas quero dizer, à senhora e a todos os presentes, que podem acompanhar no portal do CONSED, Conselho de Secretários, que Roraima não está distante do que São Paulo, do que outros Estados, em condições financeiras, ou até mesmo desenvolvimento educacional ou de políticas públicas educacionais, acima de Roraima. Nós estamos, inclusive, sendo referência em alguns projetos que implantamos primeiro. Implantamos o programa Ondas do Saber, professora Lenir, fomos o primeiro Estado, fomos referência para outros Estados. Quando a gente passa dentro do CONSED, todas as informações, todos os casos (porque nós trocamos muitas experiências entre os

secretários), e nós fomos referência. Mandamos nossas aulas gravadas, nossa coordenadora conversou com vários outros técnicos de outras secretarias, porque eles também, a partir da gente, começaram a implantar o programa, via rádio, de grande alcance para o nosso Estado. Pode parecer pouco, nós sabemos as dificuldades das nossas planilhas, sabemos que nem todos têm acesso. Hoje, Presidente, temos um diagnóstico do quantitativo de alunos atendidos por conectividade sendo suportada, sim, pelos pais, pelas famílias. Sabemos o quantitativo de alunos que atendemos por apostilas. Sabemos o quantitativo de alunos que não atendemos, que não foram localizados, que mudaram, que saíram de um município para outro. E estamos com vários planos de trabalho, considerando que não sabemos o que vai acontecer em fevereiro: se vamos voltar presencialmente, quando tivermos segurança, quando tivermos com todas as condições de atender; se vamos voltar escalonado, cumprindo o ensino médio primeiro – vai depender do resultado epidemiológico da Secretaria de Saúde. Já pedimos também, presidente do SINTER, professora Josefa, já encaminhamos o documento pedindo a testagem em massa de todos os profissionais da educação dos nossos municípios. Estou em débito com a senhora, eu disse que iria mandar o documento para a SESAU e também encaminhar o próprio protocolo da SESAU para a senhora acompanhar que nós fizemos a solicitação da testagem em massa para os profissionais da educação nos municípios. Presidente, estou à disposição.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigado, secretária. Só para registrar aqui a participação dos professores do município de Uiramutã e da pessoa do professor (talvez seja professor, não se identificou aqui) Eliseu Miguel Deodoro. Ele diz exatamente o seguinte: “na região de Uiramutã, os professores levam as atividades para as comunidades no próprio transporte, ou seja, de moto”. Palavras do senhor Elizeu Miguel Deodoro, que está acompanhando esta audiência pública pelo YouTube da Assembleia Legislativa. Eu agora pergunto se mais alguém da Plenária gostaria de se manifestar.

A Senhora **Professora Edinalva** – (*acenou*)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Professora Edinalva. E na fala da professora Edinalva, no encerramento de sua fala, eu encerro as inscrições. Se alguém mais deseja se manifestar, por favor, faça isso no bate-papo, para que eu possa saber quem mais deseja se manifestar, para que a gente possa concluir as inscrições e, assim, encaminhar para o encerramento deste momento de discussão. Professora Edinalva, pelo tempo de até 3 minutos.

A Senhora **Professora Edinalva** - Bom, Presidente, eu quero fazer a minha complementação à resposta da nossa secretária. Na realidade, eu quero rebater aqui a colocação dela, porque, como a mesma já falou que nós não temos previsão para o retorno presencial integral, então, secretária, é mais uma preocupação que nós devemos ter com os nossos professores da rede estadual, com os coordenadores e orientadores da rede do Estado. Em que termos? Digamos, se não há recurso tecnológico disponível e ainda não há um planejamento para isso, para a compra de notebooks, de computadores para as escolas, para amparar esses profissionais no atendimento remoto aos nossos alunos... até porque nós sabemos que não é na íntegra que nós estamos atendendo os alunos com apostila; não é! E diante disso, Secretária, eu quero lembrar, à senhora e aos demais aqui do gabinete da sede da Secretaria de Educação, que esses profissionais, tanto professores, coordenadores e orientadores, estão usando seus recursos próprios: seus celulares particulares, notebooks particulares, além do acréscimo do gasto de sua energia de casa. Assim, Secretária Leila Perussolo, quero incrementar aqui que mais do que justo será a senhora reconhecer essa dimensão do trabalho que os profissionais estão desenvolvendo e implementando ali, com seus recursos próprios, aos nossos alunos da rede pública estadual, mais do que justo é a senhora reconhecer... (*interrupção*)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Professora Edinalva, seu microfone ficou mudo.

A Senhora **Professora Edinalva** – Ok.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Concluindo, professora. Desativou novamente seu microfone, professora. Nossa assessoria técnica vai ajudá-la, só um momento. Pronto, professora.

A Senhora **Professora Edinalva** – Obrigada, Presidente. Então, secretária, diante dessa situação, em que nós daremos continuidade ao processo de atendimento remoto, eu penso que é de suma importância a preocupação em agilizar esse recurso aos profissionais da educação. Porque só a disponibilidade da internet não vai resolver o nosso problema, do professor, do coordenador, do orientador, que estamos usando todos os nossos recursos particulares, sendo que a Secretaria de Educação, para realizar algum processo de atendimento, tem os seus recursos próprios. E é mais do que justo os servidores, os professores precisam ter também disponíveis esses recursos para fazerem seu trabalho com eficiência e qualidade. Obrigada, Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Professora Ednalva, seu microfone ficou mudo.

A Senhora **Professora Ednalva** – Ok.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Concluindo, professora. Desativou novamente seu microfone, professora. Nossa assessoria técnica vai ajudá-la, só um momento. Pronto, professora.

A Senhora **Professora Ednalva** – Obrigada, Presidente. Então, secretária, diante dessa situação, em que nós daremos continuidade ao processo de atendimento remoto, eu penso que é de suma importância a preocupação em agilizar esse recurso aos profissionais da educação, porque só a disponibilidade da internet não vai resolver o nosso problema, do professor, do coordenador, do orientador, que estamos usando todos os nossos recursos particulares, sendo que a Secretaria de Educação, para realizar algum processo de atendimento, tem os seus recursos próprios. E é mais do que justo os servidores, os professores precisam ter também disponíveis esses recursos para fazerem seu trabalho com eficiência e qualidade. Obrigada, Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigado, professora Ednalva. Como eu havia falado anteriormente, na fala da professora Ednalva, se inscreveram: professora Simone, Professor José Carlos Hilário e professor Círio Ricardo. Eu gostaria então de fazer o seguinte: a secretária vai anotando os questionamentos, eu passo a palavra para todos. E em seguida a gente encerra a Audiência Pública. Com a palavra, professora Simone, pelo tempo de até três minutos.

A Senhora **Professora Albanira** – Presidente, eu me inscrevi, tem meu nome aí. Presidente, eu me inscrevi, tá meu nome aí.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Seu nome aqui no chat não consta, professora Albanira. Como eu havia dito, que todos se dirigissem ao chat da Audiência Pública para se manifestar. Com o tempo de até três minutos...

A Senhora **Professora Albanira** – Mas eu me inscrevi, tá escrito aí no chat.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** – Presidente, só por uma questão de ordem, eu gostaria de comunicar ao senhor e aos demais presentes que, às 18h00, nós também teríamos reunião com o governador. Então, gostaria que as intervenções fossem breves, para que a gente possa cumprir uma outra pauta que já estava agendada para hoje às 18h00. Obrigada, Presidente.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Professora Albanira, sua consideração vai ser feita. Então, nós teremos professora Simone, professor José Carlos, professor Círio Ricardo e a professora Albanira. Em seguida, a gente passa para a secretária fazer suas considerações, a partir dos questionamentos. Professora Simone, pelo tempo de até três minutos.

A Senhora **Professora Simone** - Boa tarde a todos! Só um questionamento e também uma prova de que os professores estão entregando as apostilas; não está tendo suporte da secretaria. Recebemos vídeos de alguns professores, como o professor Jacó, de Rorainópolis, e ele informou que vai no carro dele entregar as apostilas, ajuda a diretora da escola, a gestora, e leva nas proximidades. Não sei se vai dar para vocês verem, mas eu vou passar para vocês verem ele entregando as apostilas nas proximidades.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Ou seja, é o professor no seu próprio transporte, é isso, professora?

A Senhora **Professora Simone** - No seu próprio transporte. Professor José, que está aí já para falar, também. E também falando que a primeira coisa que a secretária falou foi a respeito da merenda escolar... No próprio site do governo o que foi distribuído às escolas, aos alunos, foi o quê? Está aqui: “as escolas estaduais de Roraima estão sendo abastecidas com gêneros alimentícios que seriam utilizados...”. E aqui está a cesta. A cesta era basicamente de sardinha, macarrão, uma lata de óleo, açúcar, se eu não me engano, que tem aqui no próprio site do governo – rr.com.gov.br – está descrevendo todos os critérios que tem na cesta básica. Eu pergunto à secretária se essa merenda escolar é uma merenda passada por nutricionista, passada por alguém da área que garanta, que veja isso? Foram dois quilos de arroz, um pacote de macarrão, quatro pacotes de biscoito e quatro latas de sardinha. Foram vinte mil quites. Se isso está de acordo com os parâmetros nutricionais? Eu gostaria muito de saber a respeito disso, porque acredito que foi entregue às escolas uma ou duas vezes. Aí eu queria que a secretária respondesse a respeito disso. E que os Deputados pudessem estar fazendo essa fiscalização mais a fundo, porque acredito que existem outros gêneros alimentícios, qualquer um é sabedor disso. Com a palavra, eu gostaria que secretária respondesse.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Ok. Obrigada, professora Simone. Com a palavra, professor José Carlos Hilário. Professor José Carlos Hilário, o senhor nos ouve?

O Senhor **Professor José Carlos Hilário** – (*áudio inaudível em razão de problemas técnicos*)

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Nós estamos com dificuldade de lhe ouvir. A sua fala está vindo cortada, pelo menos para mim, não sei se para os demais participantes da audiência. Mas eu não consigo lhe ouvir direito. Eu vou fazer o seguinte, professor, vou passar a palavra para o professor Círio Ricardo, enquanto o senhor tenta se localizar um pouco mais próximo de algum receptor de internet, e eu volto em seguida com o senhor, tá bom? Professor Círio Ricardo.

O Senhor **Professor Círio Ricardo** – Bom, Presidente, só para deixar registrada minha profunda tristeza em relação aos órgãos competentes fiscalizadores. Era para estar aqui sentados ouvindo tudo isso, inclusive escutando da Secretaria de Educação (que apresenta uma planilha no Power Point sem apresentar quantitativos), o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público de Contas e o Ministério Público Estadual. É inadmissível a gente discutir orçamento sem a presença desses órgãos fiscalizadores. Eu sei que o senhor fez o convite, mas, já de antemão, eu deixo a proposta: faça o convite para o Ministério Público Federal. Veja se o Ministério Público Federal está interessado em participar dessa roda de debate que envolve também recursos federais. Então, já de antemão, eu só gostaria de registrar o meu descontentamento com a ausência desses órgãos de fiscalização. Só isso mesmo. Eu gostaria também de registrar que nós vamos estar, Presidente, acompanhando também o trabalho da Comissão de Educação, que, já de antemão, se mostra prestativa em relação a esse assunto, se há ou não sobras do Fundeb. Que para gente ficou claro que, pelo menos o que não foi apresentado aqui, que realmente nós estamos com a razão e, porventura, pode, sim, haver essas sobras. Nós vamos estudar em relação a esses números que nos foram apresentados. Obrigado, Presidente. Agradeço a participação também dos meus colegas da Comissão de Roteiro, professor Reginaldo, professora Albanira, professora Simone. E também a participação da (*inaudível*). Obrigado a todos.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Professor Círio Ricardo, só para registro, fortalecendo ainda mais a sua fala, tanto para o Tribunal de Contas do Estado de Roraima, para o Ministério Público de Contas do Estado de Roraima e para o Ministério Público Estadual, através da PRODIE, todos os ofícios foram entregues especificamente no dia 3 de dezembro de 2020, para participarem desta audiência. Retorno a palavra ao professor José Carlos. O senhor consegue me ouvir agora, professor?

O Senhor **Professor José Carlos** - Boa tarde. Consigo ouvir.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Professor José Carlos, como continua ruim, pelo menos para mim, a recepção do seu som, nossa assessoria técnica acaba de pedir que o senhor desligue a câmera para ver se o áudio consegue chegar melhor aqui para a gente. O senhor desliga o vídeo e deixa só microfone ligado. Vamos tentar agora.

O Senhor **Professor José Carlos** - Tá certo.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Pode seguir, professor.

O Senhor **Professor José Carlos** – Só essa questão dos gastos da merenda que foi falado aí. Na verdade, o que chegou na escola, uma vez, não foi o que está listado aí no custo dos gastos. O que veio, uma vez só, foram 23 latas de sardinhas, 1 quilo de arroz e 1 pacote de biscoito, uma vez só nessa época de pandemia. Gasto com impressora, quem banca somos nós, professores. Cada professor contribui com R\$ 20,00, para manter a tinta da impressora. Então, quem banca a internet somos nós, professores aqui da escola. Então, não tem como esses recursos serem gastos totalmente 100%, se os professores é que dão essas coisas. A impressora vem, mas quem banca, quem mantém essas impressoras, são os professores. Esse é meu questionamento. O transporte escolar, vem duas vezes por semana. Estava vindo, agora não está vindo mais, porque já estão terminando praticamente as aulas de 2020. Mas o transporte só vem duas vezes por semana, não vem frequentemente, só duas vezes por semana. Quanto custa o valor de um transporte que só vem duas vezes por semana? Então, realmente, essa é uma questão que deve ser botada aí. Porque esses recursos foram gastos 100%. Muito obrigado e agradeço a oportunidade.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Eu agradeço sua participação, professor José Carlos. Complementando a sua fala e, antes de passar para a professora Albanira, chega aqui para a gente, também participação pelas redes sociais da Assembleia, Misaki Antônio: “Presidente, essa questão dos transportes não está acontecendo 100%, até porque os donos de transportes não estão trabalhando. E hoje têm professores que estão tirando do próprio bolso para abastecer as picapes que levam material dos alunos.” A senhora Sidinara Santana diz o seguinte: “Secretária, quem está entregando as apostilas no interior são os próprios diretores, muitos deles em seus próprios carros.” E volta o Isaac dizendo: “O que o professor da região das Serras do Uiramutã coloca é pura verdade. Por que, secretária, os transportes escolares pararam neste período?” Também anote aí mais esse questionamento, professora Leila. Passo a palavra agora para encerrar a participação da plenária, para a professora Albanira Cordeiro.

O Senhor **Professora Albanira Cordeiro** - Eu queria falar aqui, para agradecer o espaço. Dizer que infelizmente estou saindo daqui um pouco desencantada, porque eu esperava um pouco mais. Eu esperava ter um pouco mais para fazer esse trabalho, para ter um debate. Porque chegar e mostrar planilha, sem provar nada, só prova uma coisa: tem resíduo. Eu saio daqui ainda mais convencida do que entrei. E quero dizer que é muito triste, neste período pandemia, como nós vimos Roraima em rede nacional, professores indígenas atravessando a nado para entregar atividade para aluno, e ouvi hoje a secretária dizer que é o carro que entrega. É muito triste ver professoras (como colegas nossas, orientadoras) fazerem vaquinha para colher cestas básicas para alunos que estão passando fome, porque não tem a merenda. E vem dizer que os recursos são gastos e que tá sendo distribuída a merenda. A merenda distribuída é pouca e ruim, não tem nenhum acompanhamento. É muito triste ver umas contas apresentadas de qualquer jeito, e querer que a gente se convença de que realmente estão gastando 100%. Se querem que a gente se convença, eu vou querer também que se convençam de que há sobra. E eu espero, secretária, que a senhora use a consciência que tem, que eu sei que todo ser humano tem, e pague o resíduo do FUNDEP aos professores. Não estou falando aqui por mim, não, que estou aposentada e não vou receber; estou falando por aqueles a quem é direito. Estou falando por aqueles que é justo que recebam. Depois de um ano, tendo que comprar um celular novo, tendo que comprar computador, gastando do bolso para imprimir atividade, é o mínimo de justiça que se faz para nossa categoria ter esse rateio. Só diga quanto é, e que até o final desse mês seja pago. É isto que a categoria espera: que saia uma folha extra com esse rateio, e que seja antes do dia 30. É isso que eu quero que fique registrado. Que os professores precisam, merecem, e a senhora, como gestora, tem que fazer isso. Deputado Evangelista, muito obrigada pelo espaço. Deputada Lenir, Deputada Tayla, Deputado Nilton, muito obrigada pelo espaço. Meus nobres colegas, minhas nobres colegas, amanhã a gente se encontra na praça e vamos discutir melhor sobre o que aconteceu hoje. Um forte abraço e, mais uma vez, obrigada.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Obrigado, professora Albanira. Volto a dizer, a afirmar, que a senhora secretária disse que, até segunda-feira, vai disponibilizar para a gente, vai enviar para mim essas planilhas. Ao tomar conhecimento delas, vou providenciar cópias imediatamente para o SINTER, o Note e para quem mais desejar. E a partir de uma análise individual, a Comissão de Educação vai chamar uma reunião coletiva, para que cada uma dessas entidades coloque seu ponto de vista sobre essas planilhas e a gente volte a continuar a discussão. A discussão não se encerra, apenas será dada continuidade em outro momento. Agora, com a palavra, a senhora Secretária de Educação, para responder os questionamentos que lhe foram feitos e para suas considerações finais. Secretária.

A Senhora **Professora Leila Perussolo** - Obrigada, Presidente. Eu gostaria inicialmente de emitir ao senhor e aos demais presentes que a situação do transporte escolar (seja no Uiramutã ou em Rorainópolis, por se tratar de um documento que nós pagamos, com assinatura dos gestores, porque a flexibilização do transporte escolar para a entrega de material, os gestores têm a planilha de quantas vezes o carro vai estar à disposição do gestor que atesta a nota), que os colegas de Rorainópolis e Uiramutã fizessem a denúncia formal dizendo em qual escola está acontecendo isso. Aí nós vamos tomar as medidas cabíveis com o gestor que está assinando a frequência e encaminhando para o nosso departamento responsável. Com referência à quantidade de dias do transporte escolar nas comunidades indígenas... também quero dizer, para o Presidente e os demais participantes, que as lideranças indígenas, inclusive o professor Isac, a professora Edite e todas as lideranças indígenas, entraram com um pedido, no Ministério Público Federal, para que as aulas remotas, o envio de material fossem a cada 20 dias. E no diálogo com o Ministério Público Federal, nós mantivemos as aulas, que é o envio do material, a cada 15 dias. Portanto, os transportes escolares só ficam disponíveis nas escolas, quando do envio do material para os alunos, e não para outras atividades da comunidade. Então, como nós não temos alunos indo e vindo todos os dias, nós não temos material sendo entregue todas as semanas, indo toda semana levar e buscar, não tem por que as comunidades indígenas estarem com transportes disponíveis nas suas comunidades ou nas suas localidades. Mas estarei aguardando as denúncias formais, dizendo qual é a escola do professor do Uiramutã, do professor em Rorainópolis, para que a gente verifique com o diretor da escola que atesta o uso do transporte escolar, o envio do material e o retorno. Com referência à merenda, quero dizer também aos senhores que fizemos, a partir da Portaria do FNDE, a flexibilização para o uso do que tínhamos no depósito das escolas. Começamos nossa aula no dia 27 de março, desculpe, de janeiro, e quando começamos as nossas aulas, começamos as aulas com distribuição de merenda escolar,

com nutricionista acompanhado pelo Conselho de Alimentação Escolar, que é CAE, com os documentos que evidenciam qual merenda estamos distribuindo entregues ao FNDE e analisados pelo FNDE, por meio do CAE, que é Conselho de Alimentação Escolar. Nós iniciamos as aulas no dia 27 de janeiro, paralisamos no dia 16 de março - foi o último dia de aula. Então, fizemos duas portarias flexibilizando primeiro a distribuição do que se encontrava nos depósitos das escolas - e é lógico que o que se encontrava nos depósitos das escolas não era uma *per capita*, aluno por aluno, tanto é que nós encaminhamos, para todas as nossas escolas, os alunos que constam no Cad Único, que é o Cadastro único, já que o que estava no depósito tinha que ser classificado e entregue para as famílias mais carentes e mais vulneráveis. (*inaudível*) E não é cesta básica; quero lembrar aos senhores que cesta básica tem uma composição de itens obrigatórios. Nós fizemos distribuição de kit merenda escolar, que é exatamente aquilo que estava nos depósitos das escolas, e fizemos as vinte mil cestas, professora Ednalva, com o que constava no depósito do DAE, que seria já uma outra entrega, para complementar o que estava nos nossos depósitos. Então, nós não entregamos cesta básica. Cesta básica é uma composição econômica que determina a quantidade de itens, gêneros e tipo de classificação alimentar. Não entregamos cestas básicas; entregamos kits. Não fizemos nenhuma outra entrega de merenda escolar para os nossos alunos. Isso, o próprio FNDE não obriga o Estado a entregar; isso é do Estado (até porque a fonte do Pnae é com agricultura familiar, então nós não fizemos). O restante que complementa (e a maior parte), que suporta, a alimentação escolar não é recurso do programa federal, muito pelo contrário, é recurso do Estado, Tesouro Estadual. Acho que respondi todas as questões. Mas quero agradecer, Presidente. Estamos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários. O senhor pode enviar algum pedido amanhã. Os que estão aqui, já estão anotados, vamos encaminhar. Estaremos à disposição para uma outra audiência, e quantas forem necessárias, para discutir o investimento em educação com transparência, com muita ética, com muito respeito, principalmente, reconhecendo o esforço de todos os profissionais da educação - daqueles que estão nas escolas e daqueles que estão na parte administrativa da Secretaria de Educação. Os meus colegas que estão trabalhando aqui, ninguém parou nem um único dia. Nós trabalhamos remotamente, trabalhamos de forma presencial, para garantir os salários dos nossos servidores, para garantir a continuidade dos nossos processos licitatórios, para garantir pagamentos de serviços prestados. Então, nós pedimos que a fiscalização seja na ponta, quem está executando lá o transporte escolar e acompanha e fiscaliza é quem está na ponta - é a comunidade, é a liderança. Então que façam as denúncias formais, porque as denúncias no vazio, é humanamente impossível encontrar qual é a escola... Porque o gestor, seja ele de comunidade indígena ou não, está assinando a frequência, e nós estamos pagando os transportes escolares, conforme a nossa portaria, dos dias disponibilizados para cada escola e conforme a frequência do gestor que chega aqui. Então, eu peço, aos senhores que fizeram a mostragem do vídeo, que digam qual é a escola, qual é o gestor, que nós vamos tomar as medidas cabíveis. Presidente, agradeço ao senhor, aos demais colegas: Deputada Lenir, Deputada Tayla, Deputado Nilton Sindpol, aos representantes aqui, à equipe técnica da SEED que está aqui me acompanhando, ao secretário adjunto Aerton, ao Serginho, hoje respondendo pelo DEPOF, ao presidente do SINTER e demais colegas que estão nos ouvindo, ao presidente do Conselho e ao senhor Presidente da Câmara. Estaremos à disposição, aguardando posterior análise dos senhores e de todos os representantes na próxima audiência. Estaremos aqui à disposição. Parabéns pela iniciativa e pela condução dos trabalhos, Presidente, Deputado Evangelista.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** - Muito obrigado, secretária Leila. Antes de passar a palavra para os meus colegas Deputados, gostaria só de registrar a fala da professora Nildete Melo: "Parabenizo a Comissão de Educação da Assembleia pela brilhante audiência e pelo convite ao Conselho Estadual de Educação. Parabéns e estamos à disposição!" Nós é que agradecemos, professora Nildete. O Conselho tem sido parceiro desta Comissão; todas as vezes que solicitamos e demandamos, recebemos resposta positiva. Eu que agradeço. Gostaria de franquear a palavra para os senhores Deputados que desejarem se manifestar. Deputada Lenir.

A Senhora **Deputada Lenir Rodrigues** - Também quero agradecer a presença de todos e todas. Nos colocamos à disposição para fazermos análise detalhada desses dados e com muita responsabilidade, para que a gente possa esclarecer e não gerar perspectivas, não gerar um sentimento de desconfiança. Eu acredito que nós temos um serviço público que tem essa clareza, essa transparência, e temos também uma segurança jurídica de dizer: "olha, é isso ou aquilo". E eu acredito que nós, profissionais

da educação, temos um papel fundamental de não gerar expectativas vazias. Então nós temos que ter muita responsabilidade na análise dos dados. Se tem ou não tem, nós vamos saber fazendo essa análise. Nós temos os técnicos da Secretaria, temos os trabalhadores em educação, temos pessoas que têm formação na área de contabilidade, que podem nos ajudar a ver todos esses procedimentos e vermos essas relações de pagamentos e se realmente não teve nada, nada, nada pago com o FUNDEB, e foi somente pessoal. Então, nós temos que agradecer a disponibilidade da secretária de vir e esclarecer, inclusive saindo da pauta, de a pauta é sobre o resíduo do FUNDEB, mas como tem essa ansiedade de sabermos outras questões... Parabenizar o presidente pela forma democrática como conduziu a presente audiência. Um abraço a todos e vamos à luta, que nós temos, sim, que dar nossa contribuição para toda a sociedade esclarecendo... O que é direito é direito. Nós temos que ter obrigação de buscar. Um abraço a todos e parabéns pela participação.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigada, Deputada Lenir. Gostaria de perguntar se a Deputada Tayla, o Deputado Nilton se encontram e desejam fazer outra fala.

A Senhora **Deputada Tayla Perez** – Presidente, eu quero parabenizá-lo por esta audiência pública, por você ser sempre sensível e sempre estar na frente da Comissão de Educação. Parabenizo a todos os deputados aqui presente. É uma audiência de muita importância para o nosso Estado, para a sociedade, para os professores. Pude ver que alguns professores estão saindo dessa audiência pública meio que frustrados por não terem saído com alguma solução na mão, mas eu quero dizer que o que depender de nós, desta Casa, da Assembleia Legislativa, que vamos, sim, nos debruçar em cima dessas planilhas, desses dados que vão ser enviados. E, como a Deputada Lenir falou, o que é certo tem que ser certo, tem que ser de direito de todos. E com certeza vamos, sim, desta audiência, não ficar só no papel. Vamos sair do papel e vamos ter solução para a sociedade. Porque quem ganha com isso é toda a sociedade. E que a secretária seja sensível e mande o quanto antes esses documentos para que possamos, o quanto antes, marcar uma outra audiência com resposta, com resolutividade. Era somente isso, senhor Presidente. Obrigada pela secretária estar essa tarde toda conosco, se disponibilizando a passar todos esses dados, a responder todas as perguntas. Parabenizar todos os professores, que é uma classe muito unida e corre muito atrás dos seus direitos – e é isso mesmo. Agradecer mais uma vez a todos e colocar eu, Deputada Tayla, à disposição.

O Senhor **Deputado Evangelista Siqueira** – Obrigada, Deputada Tayla. Agradeço a sua participação e a dos demais. Não sei se mais algum Deputado quer se manifestar. Deputado Nilton, não consigo vê-lo aqui na tela; não sei se ele ainda se encontra. Mas, de qualquer maneira, agradeço. Agradeço a todas e todos. Podemos não ter tido todas as respostas que buscávamos neste primeiro momento, mas, como disse na fala anterior, esse não é o ponto final desta discussão. Nós vamos nos deter... Na semana que vem, vou enviar, a partir do envio da secretária, essa documentação para todos vocês. Feito a análise individual em cada segmento, a gente tem reunião da Comissão de Educação. Vamos convidar mais uma vez os técnicos da secretária. Eu tenho certeza que a secretária Leila vai disponibilizá-los para tirar todas as dúvidas e esmiuçar tudo o que tiver que ser feito para que nós tenhamos a devida clareza sobre esse tema do FUNDEB, do resíduo e do rateio. Mas gostaria de agradecer a participação de todas e todos e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente audiência pública. Boa noite.

E, para constar, eu, Gilzandra Farias, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado Evangelista Siqueira
 Presidente da Comissão

EDITAIS

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE VIACÃO TRANSPORTE E OBRAS
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 04/2021

Convocamos os Senhores Deputados, Membros desta Comissão: **Gabriel Picanço**, Vice-Presidente; **Ângela Águida**, **Catarina Guerra** e **Coronel Chagas**, Membros, para reunião Extraordinária desta Comissão, no dia 20 de setembro de 2021, segunda-feira, às 15h, na Sala de Reuniões da Mesa Diretora, deste Poder, na qual se fará presente o Sr. Marcelo Geber da Silva, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2021.

Renato Silva
 Presidente da Comissão

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 43, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência e dos demais Membros dessa Augusta Casa Legislativa o projeto de lei dispoendo sobre a revogação de dispositivos da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003.

Em que pese a promulgação da Lei nº 1.475, de 18 de maio de 2021, a qual dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos servidores, profissionais e trabalhadores de saúde do Estado de Roraima, inclusive os profissionais médicos, considerando que terá efeito a partir de 1º de janeiro de 2022.

Desta forma, atualmente, a classe médica continua regida pelas disposições da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003, inclusive no que tange às progressões, tendo em vista que a Lei nº 1.032, de 8 de janeiro de 2016, no art. 43, parágrafo único, que assegurou tal disposição.

Mais especificamente no art. 23, incisos VII e VIII e art. 24 da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003, ao dispor sobre a progressão vertical, estabelece que o servidor deve ser submetido a avaliação interna com questões teóricas e práticas.

Tal regra é de 2003, no entanto, até o momento a Administração Pública acabou por não submeter e/ou oportunizar mecanismos para que os servidores, incluindo os médicos, fossem submetidos a avaliação interna com questões teóricas e práticas, para fins de progressão vertical.

Esse equívoco acabou por ser sanado com a sanção do atual PCCR dos profissionais da saúde, que somente surtirá efeitos a partir de 2022, logo, há necessidade de fazer a progressão desses servidores, para que não sejam prejudicados.

Portanto, faz-se necessário o envio dessa proposta, revogando o art. 23, incisos VII e VIII, e o art. 24, ambos da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003, para afastar a obrigatoriedade de aplicação de avaliação interna com questões teóricas e práticas aos médicos, equiparando e adequando às disposições contidas na Lei nº 1.032/2016 e na Lei nº 1.475/2021, com o objetivo precípuo proporcionar aos médicos pertencentes ao quadro de servidores públicos estaduais tratamento igualitário que foi concedido a outras categorias.

Ademais, ressalte-se que, a sentença proferida nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer nº 0825642.37.2016.8.23.0010, garantiu aos servidores do Poder Executivo Estadual o direito à progressão vertical daqueles que cumpram os requisitos do art. 23, incisos I ao IV, da Lei Estadual nº 392/2003, sem fazer distinção.

São com essas considerações, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, que submeto este Projeto de Lei à elevada apreciação de Vossas Excelências, solicitando que sua tramitação e aprovação sejam feitas em regime de urgência, de acordo com o disposto no art. 42 da Constituição do Estado de Roraima.

Palácio Senador Hélio Campos, 14 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI Nº 225, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a revogação de dispositivos da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados os incisos VII e VIII do art. 23 e o art. 24, da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos, 14 de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 44 DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS ESTADUAIS,

Comunico a Vossas Excelências que, de acordo com os termos da segunda parte do inciso V, do art. 62, da Constituição Estadual, veto parcialmente o Projeto de Lei nº 185/2019, que pretende instituir o “Dia Estadual de Conscientização e Combate às *fake news* – disseminação de notícias falsas”, conforme explicitado nas razões que seguem:

RAZÕES DO VETO

Trata-se de Autógrafo de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Estadual que pretende instituir o Dia Estadual de Conscientização e Combate às *fake news* (disseminação de notícias falsas), além de promover ações educativas quanto à referida temática, bem como prevê a criação do Núcleo de Prevenção, Controle e Combate às *fake news*.

Verifica-se que a finalidade do projeto é de se estabelecer um marco para a abordagem do tema das *fake news*, promovendo-se a conscientização e a educação da população roraimense, para que aprendam a identificar e combater as notícias falsas, evitando seus efeitos negativos e/ou trágicos.

As mídias em geral, vez ou outra, noticiam casos em que a disseminação de notícias falsas que não somente acabam com a reputação de uma pessoa, como também são capazes de matar. Atualmente, é notório que as *fake news* são cada vez mais comuns e facilitadas pelas redes sociais e pelos meios de comunicação gratuitos e instantâneos, como o WhatsApp, por exemplo.

Sabe-se que *fake news* é uma expressão que vem da língua inglesa e em português, quer dizer: “notícias falsas”. Tais notícias falsas possuem grande capacidade de “viralização” na internet e nos meios de comunicação instantâneos. Tendem a apelar para o lado emocional do leitor, que pode compartilhar o conteúdo sem verificar a veracidade das informações. Suas principais vítimas tendem a ser pessoas com idade avançada e/ou baixo nível educacional.

Assim, é de se entender que o objeto central da lei está em consonância com o cenário brasileiro atual na luta e no enfrentamento da problemática em apreço. No contexto, merece ser lembrado o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana previsto no art. 1º, III, da Constituição da República e no art. 3º-A, I, da Constituição do Estado de Roraima.

No entanto, as normas contidas nos artigos 3º, 4º e 5º do projeto, a nosso ver, extrapolou os limites da iniciativa parlamentar, na medida em que cria obrigações para órgãos do Poder Executivo, ferindo assim o princípio da independência dos Poderes.

Ressalta-se que a Constituição da República outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração; b) organização administrativa; c) matéria tributária e orçamentária; d) serviços públicos; e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública, entre outros.

É o que esta expresso nas alíneas do inciso II, § 1º do art. 61, da Carta Política e tais disposições se encontram previstas na Constituição Estadual por simetria no artigo 63, em especial o inciso V, *in verbis*:

Art. 63. É da competência privativa do Governador a iniciativa de Leis que disponham sobre:

[...]

V - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração pública;

Vê-se que o artigo 3º do projeto estabelece a necessidade de realização de palestras seminários vídeos para um trabalho de conscientização e o artigo 4º determina expressamente que a Secretaria de Educação e a Secretaria de Justiça ficarão responsáveis pela realização dos eventos.

Portanto, o projeto ao criar novas atribuições e responsabilidades para os órgãos do Poder Executivo, acaba por invadir a esfera da competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Quanto ao artigo 5º, embora não conste expressamente que o Núcleo de Prevenção e Combate a *fake news* que está sendo criado pela lei ficará sob a responsabilidade e administração do Executivo, fazendo-se uma interpretação sistemática dos demais dispositivos, fica subentendido que tal núcleo também será de responsabilidade das secretarias mencionadas no artigo 4º.

Portanto, adiro os fundamentos de vício de iniciativa aos seguintes dispositivos: Arts. 3º, 4º e 5º, do Projeto de Lei nº 185/2019, que

pretende instituir o “Dia Estadual de Conscientização e Combate às *fake news* – disseminação de notícias falsas”.

DISPONHO, assim, pela SANÇÃO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 185/2019, ocasião em que VETO os Arts. 3º, 4º e 5º. Quanto aos demais dispositivos, entendo por sancioná-los.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 14 de setembro de 2021.
(assinatura eletrônica)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

LEI Nº 1.501, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

Institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate às *fake news* – disseminação de notícias falsas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 24 de março como o Dia Estadual de Conscientização e Combate às *fake news*, a ser celebrado anualmente.

Art. 2º A instituição desse dia tem o intuito de estabelecer um marco para abordagem sobre criação, divulgação e disseminação de notícias falsas e conscientização sobre efeitos e consequências jurídicas.

Art. 3º VETADO.

Art. 4º VETADO.

Art. 5º VETADO.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 14 de setembro de 2021.
(assinatura eletrônica)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 45 DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS ESTADUAIS,

Comunico a Vossas Excelências que, de acordo com os termos da segunda parte do inciso V, do art. 62, da Constituição Estadual, veto parcialmente o Projeto de Lei nº 113/2020, que institui o “Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Cabeça e de Pescoço, o mês de Julho Verde e dispõe sobre a realização anual de ações relacionadas à conscientização sobre o câncer de cabeça pescoço”, conforme explicitado nas razões que seguem:

RAZÕES DO VETO

Trata-se de Autógrafo de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Estadual que pretende instituir “Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Cabeça e de Pescoço, o mês de Julho Verde e dispõe sobre a realização anual de ações relacionadas à conscientização sobre o câncer de cabeça pescoço”.

Percebe-se que a finalidade do projeto é de estabelecer um marco para a abordagem da patologia em questão, promovendo-se diversas ações no mês de julho de cada ano (julho verde) de conscientização da população roraimense acerca da problemática.

Note-se que a pretendida normatização, quanto ao seu aspecto material, está em consonância com o Dia Mundial da Conscientização e Combate ao Câncer de Cabeça e Pescoço, celebrado no dia 27 de julho, bem como condiz com a Campanha Julho Verde, já realizada pela Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço (SBCCP).

Assim, é de se entender que o objeto central da lei está de acordo com o cenário brasileiro atual na luta e no enfrentamento da problemática de saúde em questão.

Entretanto, chamamos a atenção para as normas contidas no artigo 2º, *caput* e parágrafo único, do projeto em análise, vez que extrapolou os limites da iniciativa parlamentar, na medida em que cria obrigações para órgãos do Poder Executivo, ferindo assim o princípio da independência dos Poderes.

Ressalte-se que a Constituição da República outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração; b) organização administrativa; c) matéria tributária e orçamentária; d) serviços públicos; e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública, entre outros.

É o que está expresso nas alíneas do inciso II, § 1º do art. 61, da Carta Política e tais disposições se encontram previstas na Constituição Estadual por simetria no artigo 63, em especial o inciso V, *in verbis*:

Art. 63. É da competência privativa do

Governador a iniciativa de Leis que disponham sobre:

[...]

V - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração pública;

O projeto estabelece a necessidade de realização de várias ações referentes à pretendida campanha em todo o Estado, logo, está implícito que as atividades deverão ser realizadas pelos órgãos do Estado, já no parágrafo único do art. 2º menciona-se expressamente o envolvimento do Poder Executivo.

Portanto, adiro os fundamentos de vício de iniciativa aos seguintes dispositivos: Art. 2º e seu parágrafo único, do Projeto de Lei nº 113/2020, que institui o “Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Cabeça e de Pescoço, o mês de Julho Verde e dispõe sobre a realização anual de ações relacionadas à conscientização sobre o câncer de cabeça pescoço”.

DISPONHO, assim, pela SANÇÃO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 113/2020, ocasião em que VETO o art. 2º e seu parágrafo único. Quanto aos demais dispositivos, entendo por sancioná-los.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 14 de setembro de 2021.
(assinatura eletrônica)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

LEI Nº 1.502, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

Institui o Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Cabeça e de Pescoço, o mês do Julho Verde e dispõe sobre a realização anual de ações relacionadas à conscientização sobre o câncer de cabeça e pescoço.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Cabeça e de Pescoço, na data de 27 de julho de cada ano, bem como o mês denominado Julho Verde, no mês de julho de cada ano.

Art. 2º VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, de setembro de 2021.

(assinatura eletrônica)

ANTONIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 0342/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

Retificar a Resolução nº 0342/2021 publicada no diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Edição nº 3534 de 13 de setembro de 2021.

Onde lê-se: -Nº do Processo: 029/2021.,

Leia-se: -Nº do Processo: 240/2021.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0360/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a viagem do servidor Edivan Assunção dos Santos, que fez parte da Resolução nº 0340/2021, publicada no Diário da Assembleia, Edição Nº 3534 de 13 de setembro do ano em curso, considerando a solicitação do cancelamento por meio do MEM. Nº088/GAB.DEPLENIR RODRIGUES/ALE/RR.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de Setembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0361/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **Jane Jose da Silva, para viajar com destino a Cidade de Brasília/DF**, saindo no dia 14.09.2021, com retorno no dia 17.09.2021, para tratar de assunto de interesse desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0362/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar a concessão de diárias ao **Colaborador** Luís Fernando Pires Machado, **Coordenador Geral do Instituto Legislativo Brasileiro, saindo da Cidade de Brasília/DF no dia 27.09.2021, com retorno no dia 01.10.2021**, com a finalidade de ministrar palestra com o tema: Boas Práticas Legislativas no Meio da Transformação Digital e participar de reuniões na Superintendência Legislativa, com o objetivo de fornecer subsídios para melhoria do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0363/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento da servidora Iris Daiane Miguel da Silva, matrícula 23437, para viajar com destino aos Municípios de Uiramutã/RR e Normandia, saindo no dia 17.09.2021, com retorno no mesmo dia, com a finalidade de coletar dados para a produção da Revista e entrega de convites para a Sessão Especial de Homenagem ao Dia do Vereador.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

RESOLUÇÃO Nº 0364/2021

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar os afastamentos dos servidores abaixo relacionados, que viajarão para o Município de Alto Alegre/RR e Vila do Taiano, saindo no dia 16.09.2021, com retorno no mesmo dia, com a finalidade de coletar dados para a produção de uma revista elaborada pela Superintendência de Comunicação, em homenagem ao Dia do Vereador, que será entregue em Sessão Especial do dia 30.09.2021.

Matrícula	Servidor
14603	Adriana Maria Silva da Cruz
14584	Hildo Nascimento Conceição
14600	Sônia Maria Nunes Pinto
26440	Valdermarley Lima Braga

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de setembro de 2021.

Prof. Raimundo Nonato Carneiro de Mesquita

Superintendente-Geral

Matrícula nº 25567 / ALE/RR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESOLUÇÃO Nº 8123/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **JOSE ALEX SOARES FERREIRA**, CPF: 761.166.462-04, no Cargo Comissionado de PDHC-II Diretor(a) Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de setembro de 2021.

Boa vista - RR, 15 de setembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8124/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **JOSE ALEX SOARES FERREIRA**, matrícula: 27305, CPF: 761.166.462-04, no Cargo Comissionado de PDHC-II Diretor(a) Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear **JOSE ALEX SOARES FERREIRA**, matrícula: 27305, CPF: 761.166.462-04, no Cargo Comissionado de SA-III Diretor(a) Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 16 de setembro de 2021.

Boa vista - RR, 15 de setembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 8125/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, matrícula: 25583, CPF: 437.480.402-10, no Cargo Comissionado de SA-III Diretor(a) Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Nomear **SIMONNE NUNES DOS SANTOS**, matrícula: 25583, CPF: 437.480.402-10, no Cargo Comissionado de PDHC-II Diretor(a) Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 007/2021, de 01 de julho de 2021, publicada no Diário da ALE-RR, Edição 3496, de 19 de julho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 16 de setembro de 2021.

Boa vista - RR, 15 de setembro de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812



Roraima
 Assembleia Legislativa
 O Poder do Povo